

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

Fundação Oswaldo Cruz

**Mestrado Profissional em Gestão da Informação e Comunicação em
Saúde**

**“REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS RELATÓRIOS
DE PESQUISA DA FIOCRUZ: PROPOSTA DE
METODOLOGIA PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO”**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Nélide González de Gómez

IBICT/UFF

Segunda orientadora: Dr^a Alice Ferry de Moraes

CICT/FIOCRUZ

Aluna:

Rejane Ramos Machado

Fevereiro/2005

Machado, RR. Representação e recuperação dos relatórios de pesquisa da Fiocruz: proposta de metodologia para ampliação do acesso [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; 2005.

M149 Machado, Rejane Ramos.

Representação e recuperação dos relatórios de pesquisa da Fiocruz: proposta de metodologia para ampliação do acesso. Rio de Janeiro. ENSP/FIOCRUZ. 2005.

111p. ; il.

Dissertação (mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2005.

Bibliografia: p.105-108

1. Ciência da Informação. 2. Literatura cinzenta. 3. Relatório.

I. Título II. Tese (Mestrado ENSP/FIOCRUZ)

*As minhas filhas Camila e Rebeca Mariá,
e a Demitrius pela compreensão, carinho
e apoio nesta trajetória.*

AGRADECIMENTOS

A direção da Fiocruz pela busca da valorização da informação na Instituição criando o mestrado profissional nessa área.

A direção do CICT pelo entendimento do valor de uma boa formação de Recursos Humanos para o fortalecimento da Unidade.

Aos pesquisadores do CICT que me concederam o seu tempo permitindo que este trabalho fosse realizado

Aos colegas de turma MPGICS que fortaleceram laços de amizade e companheirismo nesta jornada.

A orientadora Maria Nélide González de Gómez que se dedicou a orientar-me possibilitando a minha chegada no final desta caminhada.

A segunda orientadora Alice Ferry de Moraes que me incentivou desde o início e que com passos firmes e conversas esclarecedoras me guiou.

Aos professores do mestrado que se empenharam em passar os conhecimentos necessários para a consistência do aprendizado que serviram de base para este trabalho.

Ao Eduardo Martins pelo apoio e incentivo e companheirismo desde o início da minha trajetória.

A Rosali Fernandez de Souza que no estudo dirigido além de tudo muito me incentivou.

Aos colegas da Unidade que de certa forma muito me auxiliaram fornecendo informações que foram essenciais para a execução desta pesquisa.

A Alexandre Medeiros e Antonio Ribeiro por estarem sempre dispostos a me auxiliar.

Um tear e uma aranha ponteiam meu destino

Quando o tear se esgota a aranha

Pega o fio e sobe

(Jorge Tufik)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fornecer orientações metodológicas que possibilitem a ampliação do acesso aos relatórios de pesquisas gerados na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), tomando a Unidade CICT como modelo. Para conhecer que valor o relatório de pesquisa tem para o pesquisador foram realizadas entrevistas abordando as questões de produção, representação e acesso a esses documentos. O panorama que se obteve a partir das opiniões apresentadas pelos entrevistados permitiu entender melhor o valor que esse documento produzido tem para a comunicação científica. A partir da análise documentária feita nos relatórios produzidos na Unidade foi possível identificar como esses documentos estão sendo elaborados, e a partir daí propor critérios para a padronização e inclusão de elementos em sua estrutura. Além disso, constatou-se que a dificuldade de acesso a documentos desta natureza é perene.

A expectativa dos pesquisadores com respeito à gestão dos relatórios de pesquisa na Unidade reforça a necessidade de orientações metodológicas para a produção desses documentos. O relatório produzido a partir de critérios estabelecidos facilitará a sua representação e registro. Os relatórios — por conterem informações referentes aos métodos e resultados de pesquisas de forma detalhada — oferecem condições de informar de forma mais ágil uma comunidade científica, ainda que não formalmente publicados.

Palavras chaves: Ciência da Informação; Armazenamento e recuperação da informação; Disseminação da informação; Acesso a informação; Literatura cinzenta; Relatório de Pesquisa

ABSTRACT

This work discusses methodological parameters aiming to improve the access to reports from studies carried out at the Oswaldo Cruz Foundation (FIOCRUZ), taking the output of one of its units (CICT) Unit as a model and source of information. To assess research reports's relevance for researchers working at CICT, in-depth interviews were carried out, addressing issues related to scientific reports production, representation and retrieval. The picture emerging from the interviewees' opinions and concepts fostered a better understanding of the value ascribed to the scientific reports and their meanings for scientific communication. The comprehensive analysis of the documents produced in the Unit permitted to disclose how scientific reports have been elaborated, and then to establish criteria for the standardization of such documents, with the inclusion of key elements in their structure. The study conclusions realized access to such documents constitutes a permanent challenge.

The researchers' expectation with regard to the management of the Unit's reports reinforces the need of clear and well-defined methodological parameters to be used in the elaboration of such documents. Standard reports, with sound criteria, will be easily represented and registered. Most reports contain detailed information on results and methodological approaches and procedures and as such constitute an invaluable source of information for the scientific community, even if not formally published.

Key Words: Information science; Information storage and retrieval; Information dissemination; Access to information; Grey literature; Research report.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. APRESENTAÇÃO | 16 |
| 2. O MOTIVO | 19 |
| 3. OBJETIVOS DO ESTUDO | 20 |
| 3.1 – OBJETIVO GERAL | 20 |
| 3.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 20 |
| 4. COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIA | 21 |
| 4.1 – COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIA FORMAL E INFORMAL | 22 |
| 4.2 – OUTRAS DIMENSÕES PARA A COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIA | 30 |
| 4.2.1 – Bourdieu | 30 |
| 4.2.2 – Latour | 32 |
| 5. PANORAMA DA LITERATURA CINZENTA | 38 |
| 5.1 – CONCEITOS DA LITERATURA CINZENTA | 38 |
| 5.2 – A PRODUÇÃO DA LITERATURA CINZENTA | 41 |
| 5.3 – A LITERATURA CINZENTA NA EUROPA | 43 |
| 5.4 – A LITERATURA CINZENTA NOS ESTADOS UNIDOS | 44 |
| 5.5 – A LITERATURA CINZENTA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL | 45 |
| 5.6 – O ACESSO À LITERATURA CINZENTA | 47 |
| 5.7 – RELATÓRIOS | |
| 51 | |
| 5.7.1 – Conceitos de relatórios | 52 |
| 5.7.2 – Produção de relatórios | 54 |
| 5.7.3 – Acesso a relatórios | |
| 55 | |
| 6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 57 |
| 6.1 – CAMPO OBSERVACIONAL | |
| 57 | |
| 6.1.1 – O CICT e os relatórios | 58 |
| 6.1.2 – A escolha dos entrevistados | |
| 60 | |
| 6.2 – INSTRUMENTOS DE PESQUISA | 62 |
| 6.2.1 – Análise de fontes documentais e consulta a base de dados | 63 |
| 6.2.2 – Entrevista semi-estruturada | 64 |
| 7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS | 65 |

| | |
|---|-----|
| 7.1 – SOBRE AS ENTREVISTAS | 65 |
| 7.1.1 – Entrevista com os pesquisadores | 66 |
| 7.1.2 – Entrevista com os gestores | 82 |
| 7.2 – SOBRE A ANÁLISE DOS RELATÓRIOS | 86 |
| 7.3 – SOBRE A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA E NÃO-TEMÁTICA DOS RELATÓRIOS 91 | |
| 7.4 – A PROPOSTA | 96 |
| 8. CONCLUSÃO | 102 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS | 105 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS | 109 |
| ANEXOS | 111 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Obrigatoriedade de apresentação de relatório de pesquisa | 67 |
| Figura 2 – Demandas acerca do conteúdo dos relatórios | 68 |
| Figura 3 – Demandas acerca dos formatos dos relatórios | 70 |
| Figura 4 – Solicitação acerca da divulgação dos resultados | 71 |
| Figura 5 – Acessos aos diferentes tipos de fontes de informação | 76 |
| Figura 6 – Acesso ao <i>Google</i> | 77 |
| Figura 7 – Critérios das agências acerca da divulgação dos resultados | 80 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Classificação dos documentos cinzentos | 40 |
| Quadro 2 – Literatura de relatórios e literatura cinzenta | 40 |
| Quadro 3 – Características da Literatura Cinzenta | 42 |
| Quadro 4 – Classificação dos relatórios segundo os autores | 53 |
| Quadro 5 – Grupos de Pesquisa do CNPq e Departamentos com projetos | 59 |
| Quadro 6 – Conjunto dos relatórios analisados | 87 |
| Quadro 7 – Categorias Temáticas segundo CNPq | 88 |
| Quadro 8 – Demonstrativo dos relatórios analisados | 88 |
| Quadro 9 – Elementos estruturais do documento | 89 |
| Quadro 10 – Formulários das Agências | 90 |
| Quadro 11 – Divisão utilizada na Base LILACS | 92 |
| Quadro 12 – Divisão utilizada na Base DINT | 93 |
| Quadro 13 – Modelos de bases referenciais | 95 |
| Quadro 14 – Proposta de base referencial | 99 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Recursos Humanos do universo da pesquisa | 61 |
| Tabela 2 – Projetos de Pesquisa por Grupos de Pesquisa e Agências | 61 |
| Tabela 3 – Formação Acadêmica dos Entrevistados | 65 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| AGRIS | International Information System for the Agricultural Sciences and Technology |
| BIREME | Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde |
| BLLD | British Library Lending Division |
| BLDSC | British Library Document Supply Centre |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CENPES | Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello |
| CIN | Centro de Informações Nucleares |
| CNEN | Comissão Nacional de Energia Nuclear |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CICT | Centro de Informação Científica e Tecnológica |
| COSATI | Committee on Scientific and Technical Information |
| DFID | Department for International Development |
| DINT | Divisão de Informação e Prospecção Tecnológicas |
| EAGLE | Associação Européia para Exploração da Literatura Cinzenta na Europa |
| ERIC | Education Resources Information Center |
| FAPERJ | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro |
| FAPESP | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo |
| FINEP | Financiadora de Estudos e Projetos |
| FIOCRUZ | Fundação Oswaldo Cruz |
| GREYNET | Rede de Serviço de Literatura Cinzenta |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica |

| | |
|--------|---|
| INT | Instituto Nacional de Tecnologia |
| IOC | Instituto Oswaldo Cruz |
| JICST | Japan Information Center of Science and Technology |
| LC | Literatura cinzenta |
| LILACS | Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde |
| MS | Ministério da Saúde |
| NTIS | National Technical Information Service |
| NACA | National Advisory Committee for Aeronautics |
| ONGs | Organizações não Governamentais |
| OSDR | Office of Scientific Research Development |
| PAPES | Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde |
| PDTIS | Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos para a Saúde |
| PDTSP | Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública |
| SIGLE | System for Information on Grey Literature in Europe |
| UFPR | Universidade Federal do Paraná |

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho visa ressaltar a importância dos relatórios como instrumento de comunicação científica entre as comunidades científicas e outros atores e agências de fomento. Apesar dessa importância, verificamos que eles encontram-se, na maioria das vezes, relegados a um segundo plano. Os relatórios são considerados “literatura cinzenta” que, erroneamente, são considerados por muitos profissionais de informação e das ciências como menores na hierarquia dos documentos científicos. Ainda assim, preocupações com os relatórios técnico-científicos, no início do século XX, levaram a considerações mais amplas acerca da literatura dita cinza ou não convencional.

Este estudo pretende apontar uma maneira melhor de tratamento dos **relatórios** de pesquisa para sua incorporação num sistema que possibilite a identificação, organização e registro do estoque desse tipo de informação gerada na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Saúde que, buscando cumprir o seu papel estratégico nas políticas de Estado, desenvolve dentre outros programas o de **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico** e o de **Informação e Comunicação em Saúde e Ciência e Tecnologia**.

O estímulo à pesquisa e à inovação tecnológica produzidos pela FIOCRUZ, está caracterizado no relatório de atividades de 2002 com o registro de 1.601 projetos de pesquisa desenvolvidos no período; a implantação do Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos para a Saúde (PDTIS); do Programa de Desenvolvimento em Saúde Pública (PDTSP); e a manutenção do Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde (PAPES III).

A FIOCRUZ tem se destacado na produção de informação e comunicação em saúde, divulgando no escopo da literatura branca, o conhecimento nela gerado, através dos três periódicos por ela produzidos. As iniciativas da atual gestão da Instituição, sem dúvida, indicam um reforço na sua participação no desenvolvimento da C & T em igualdade com instituições de ciência e tecnologia brasileira e como partícipe no estabelecimento das políticas de saúde no país.

A memória eletrônica está sedimentada nos sistemas de informação atuais que, utilizando as inovações tecnológicas, disponibilizam através de bases referenciais ou de textos completos, a produção científica de um país - livros, artigos de periódicos, vídeos, folhetos, teses, trabalhos apresentados em eventos.

Apesar da existência de múltiplos sistemas de informação, já utilizados na FIOCRUZ, os relatórios de pesquisa ainda permanecem sem tratamento técnico adequado e inacessível ao público. Sendo gerados com fins específicos e dirigidos em geral a destinatários pré-estabelecidos, seria próprio de sua função terem circulação restrita e, muitas vezes, de validade transitória ou de duração limitada. (Auger ¹, 1994:9)

No caso dos **relatórios de pesquisa**, o fato dos pesquisadores terem bastante autonomia para estabelecer vínculos com financiadores externos da pesquisa, independente de sua vinculação com a instituição, dificulta o controle e acessibilidade desse tipo de documento.

Por seu objetivo e destinação, o relatório de pesquisa teria uma circulação restrita e provisória. Esses relatórios apresentam-se, assim, sob a forma de textos livres ou sob as formas impostas pelas agências de fomento à pesquisa. As informações de e sobre os mesmos podem ser trabalhadas de maneira a serem integradas aos sistemas de informação, ampliando o registro da memória técnica e científica, e aumentando a sinergia dessas informações nos diferentes contextos de pesquisa.

Com essa finalidade, para serem identificados e organizados, visando à expansão de sua disponibilidade e acesso, os relatórios serão objeto de uma representação, construída por meio da linguagem documentária, que resultará da definição e aplicação de regras explícitas de tratamento e recuperação da informação - tal como se procede com o estoque de informação convencional.

Esta dissertação pretende contribuir para dar visibilidade institucional a esse segmento da produção científica, através do controle documentário, enfatizando a importância de delinear orientações metodológicas para representação e recuperação dos

relatórios de pesquisa dentro das ações de informação da FIOCRUZ. Visando alcançar o objetivo proposto realizamos estudos utilizando como modelo o Centro de Informação Científica e Tecnológica (CICT), Unidade da FIOCRUZ.

Para melhor identificar os principais parâmetros da representação dos relatórios, recorreremos a diferentes procedimentos de análise e fontes de informação: interrogamos pesquisadores e gestores sobre a importância dos mesmos para suas atividades, sobre as condições atuais de acesso e suas expectativas a respeito de uma disponibilidade maior desses documentos; analisamos alguns relatórios disponíveis e observamos algumas bases de dados que disponibilizam registros de relatórios de pesquisa científico-tecnológica. Finalmente, tratando-se de um estudo inicial e exploratório, apresentamos um esboço de modelo de representação, visando a incorporação das referências desses documentos em bases de dados regulares e contínuas.

2. O MOTIVO

O relatório de pesquisa contém informações valiosas, únicas e atuais. Ele é um espaço de manifestação das relações e alianças entre diferentes grupos, tais como, pesquisadores, agências de fomento e instituições de pesquisas. Incluído, assim, nas condições de contratos (regras, normas) entre diferentes instituições de pesquisa e agências de fomento, o relatório está sujeito a padrões e critérios avaliativos tanto administrativo e financeiro quanto acadêmico feito por avaliadores de administração do projeto por área de conhecimento, mas que não são, necessariamente, menos rigorosos e efetivos desde o ponto de vista científico.

Por outro lado, ainda que o conteúdo dos relatórios seja transformado, posteriormente, em artigos, seria difícil a sua publicação integral assim como encontrar periódicos adequados a eles, devido tanto ao seu caráter cada vez mais interdisciplinar quanto ao crescente volume dos resultados produzidos pelas pesquisas e registrados em relatórios parciais e finais.

A valorização do relatório de pesquisa se dá pelo fato de estabelecer elos importantes na comunicação em ciência tanto formal quanto informal e entre os pares. Além disso, o relatório pode ser utilizado pela FIOCRUZ nas cooperações com outras instituições, nas alianças com Estado e com os diferentes setores da economia e da sociedade.

Diferentes autores destacam a importância desse tipo de documento da literatura cinzenta em processos de transferência tecnológica, já que seu conteúdo é mais detalhado do que o encontrado em outras formas de publicação (inclui metodologias, dados, estudos de caso, instrumentos de pesquisa), nem sempre disponibilizadas em artigos e livros.

3. OBJETIVOS DO ESTUDO

3.1 – OBJETIVO GERAL

Desenvolvimento de orientações metodológicas para a representação dos relatórios de pesquisa, produzidos no CICT/FIOCRUZ visando oferecer uma ampliação do acesso à literatura cinzenta científica em e para as ciências da saúde e no escopo das finalidades e ações da FIOCRUZ.

3.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Entender o processo de agregação de valor no ciclo produtivo da informação científica, via relatório, como algo que acontece no **decorso** e no final da pesquisa, através dos depoimentos de pesquisadores e gestores de ciência e tecnologia;

Analisar a estrutura e tratamento documentário dos relatórios de pesquisa, na medida em que afetem a sua representação e acesso;

Identificar e oferecer procedimentos metodológicos e condições de ampliação de acesso aos relatórios, desde o ponto de vista de sua representação através do uso de metadados ou metainformação.

4. COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIA

Toda a produção científica, fruto de pesquisas, precisa ser comunicada dentro do campo científico para legitimar-se e gerar novas pesquisas. Essa comunicação se dá, dentre outras formas, através de publicações que em seu conjunto constituem a literatura científica. Literatura essa que, segundo Solla Price ² (1976:2), seria mensurável, através da aplicação de métodos quantitativos e de acordo com procedimentos estatísticos. Essa mensuração, com o devido tratamento estatístico, possibilita acompanhar o processo evolutivo da ciência, através de representações gráficas e análises de tendências. Essas leituras de macro-tendências se justificam pela expansão da atividade científica, de seus produtos e das dimensões de seus empreendimentos.

“[A Pequena Ciência está] escondida em um canto de alguma academia, a Grande Ciência contém, provavelmente, contribuições de pioneiros anônimos, cujas linhas de pesquisa serão de interesse decisivo.” (Solla Price ², 1976:2)

Como exemplo, citamos o caso de Carlos Chagas que, de forma solitária, encontrou o protozoário *Trypanosoma cruzi*, originador da doença denominada, posteriormente, Doença de Chagas. Com o cientista, se consolida,

“[...] praticamente, o ciclo da descoberta no qual foi conhecido primeiro, o vetor, em seguida o protozoário, o agente causador da doença, os seus depositários domésticos e, por fim um caso humano – tudo por um só pesquisador.” (Chagas Filho ³, 1993:84)

Fica claro que a Pequena Ciência é aquela que não extrapola os muros do local onde está acontecendo o processo de pesquisa, sendo, no máximo, comunicada aos pares mais próximos. A contribuição é dada de uma forma singular em um pequeno grupo que desenvolveu um novo conhecimento ou deu início à inovação, mas que não saiu daquele local. Nessa área de acesso restrito estaria incluído o conhecimento científico que o relatório contém.

A Grande Ciência se constitui quando o conhecimento é elaborado de forma colaborativa, não sendo possível determinar a propriedade individual sobre o mesmo de cada participante.

Segundo González de Gómez ⁴ (2003:64), o termo “grande ciência” evidenciado no relatório de Weinberg:

“[...] referir-se-ia não só à mudança de escala do empreendimento científico, mas também à pluralidade de parcerias e filiações institucionais dos atores e comunidades participantes.” (González de Gómez ⁴, 2003:64)

As formas de comunicação são diversas, mas nos limites desta pesquisa e para enfatizar o interesse pela literatura cinzenta, estaremos trabalhando com a comunicação científica formal e informal.

A comunicação científica que começou de maneira informal, através de conversações e cartas, se torna mais extensa e mais complexa graças ao processo de impressão de livros e, já no século XVII, de periódicos científicos.

”O que sucedeu no século XVII foi que os canais existentes para a comunicação científica – principalmente a comunicação oral, a correspondência pessoal e os livros – foram complementados, ampliados e, em certa medida, substituídos por um novo canal formal constituído por periódicos.” (Meadows ⁵, 1999:7)

4.1 – COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIA FORMAL E INFORMAL

Entende-se por **comunicação**, em seu sentido lato, o intercâmbio de significados entre indivíduos que partilham uma linguagem, ou seja:

“[...] a troca de significados entre indivíduos por um sistema comum de símbolos. O assunto de comunicação interessou os estudantes desde o tempo de Grécia antiga. Porém, até tempos modernos, o tópico era normalmente abarcado debaixo de outras disciplinas e concebido como um processo natural e inerente.” (Encyclopaedia Britannica ⁶, 2004)

Comunicação informal seria a comunicação **direta** e **sincrônica** entre interlocutores que partilham, de alguma forma, um tempo e um espaço de experiência. Na **comunicação científica** – aquela que acontece entre cientistas e na atividade de pesquisa – nós podemos considerar que a comunicação informal se inicia antes do processo da pesquisa ou em sua fase inicial de desenvolvimento, como forma fundamental de troca e agregação de informações e como parte do processo de planejamento da própria pesquisa.

Hoje, com a comunicação mediada pelo computador, a distância e a interatividade são consideradas informal ou semiformal, tais como, as mensagens eletrônicas, *e-mail*, *chats* e conferências eletrônicas.

A **comunicação formal** seria aquela que utiliza meios e processos de inscrição documentária e registro de uma “escrita”. Em termos de comunicação científica, implica, além da escrita, a adequação dos textos a um conjunto de regras de produção e a passagem por processos seletivos de avaliação e publicação.

Neste trabalho, falar de relatório é falar de informação, como a potência de conhecimento de uma inscrição documentária, que se torna relativamente independente de seu originador, compreendendo as possibilidades de sistematizar, avaliar e permitir a obtenção de novos dados científicos.

Todos estes temas têm sido abordados a partir de diferentes pontos de vista nos estudos da Ciência e da Ciência da Informação, e agora são retomados e reformulados no contexto das novas tecnologias.

Garvey ⁷ (1975:1) considerou a comunicação científica a “*essência da ciência*”, pelo fato da comunicabilidade ser uma característica evidente e definível de um produto científico, na medida em que nutre e estabiliza todo o ciclo da produção científica, incluindo o reconhecimento do pesquisador pelos pares.

Segundo Solla Price ² (1976:3), “*a ciência cresce de acordo com a regra dos juros compostos*”. Entende-se que o crescimento é proporcional à sua “*ordem de grandeza*”, ou seja, quanto mais se desenvolve, mais existe a demanda para a continuidade e para o novo. Esse processo é potencializado pela comunicação.

Discute-se, porém, o significado da comunicação formal no desenvolvimento científico. Para Solla Price, o artigo, elemento principal da comunicação científica moderna, teria antes uma finalidade social que propriamente científica.

“Se o protótipo do artigo científico moderno é mais um instrumento social do que uma técnica para acumular, *quanta* de informação, a que força poderosa se deve atribuir seu aparecimento e conservação? Sem dúvida, o motivo reside no estabelecimento e conservação da propriedade intelectual. Foi a necessidade que os cientistas sentiram de reivindicar para si próprios o novo conhecimento adquirido, decorrente da prática nunca elegante de reivindicar prioridade.” (Solla Price ², 1976:42)

O autor nos mostra de forma evidente que:

“[...] apesar de certas descobertas, como as dos raios X e do oxigênio, nos tomarem de surpresa, existem inúmeras que são mais ou menos esperadas e em busca das quais vários cientistas estão trabalhando simultaneamente.

É nesta última classe que constatamos múltiplas disputas de prioridade, apesar dos concorrentes, provavelmente, contestarem que suas descobertas de forma alguma eram esperadas e que seus oponentes tenham furtado a idéia ou descoberto, inadvertidamente, apenas uma parte do essencial da nova contribuição.” (Solla Price ², 1976:42)

Dentre os papéis do artigo científico que Solla Price cita, foi visto o estabelecimento de prioridade e propriedade intelectual. Essa propriedade seria vital na comprovação da competência do cientista, do seu reconhecimento e da instituição em que está inserido.

Segundo Meadows ⁵ (1999:30), a comunicação formal permite a disponibilidade e acesso ao conhecimento científico por diferentes meios e formas e por um maior período.

Apesar da substituição do canal da comunicação informal para a formal, observa-se que:

“Estava claro, mesmo antes, por volta do fim do século XIX, que os pesquisadores careciam de mais assistência para identificar, na massa de toda a literatura disponível, o material de que precisavam. Parte do problema era a falta de normalização bibliográfica na elaboração dos relatos de pesquisa (e a correspondente omissão de dados relevantes).” (Meadows ⁵, 1999:30)

Durante o processo investigativo, o cientista modifica idéias, processos, métodos etc., advindo daí a necessidade de passar para a comunidade as suas construções e descobertas, sendo que os seus pares são aqueles que têm condições de emitir julgamentos confiáveis acerca de seu valor científico.

“Existe uma boa correlação, ainda que de modo algum perfeita, entre a quantidade que os pesquisadores publicam e a qualidade de seu trabalho (medida em termos de seu reconhecimento pela comunidade científica).” (Meadows, ⁵ 1999:93)

A busca do reconhecimento por seus pares se dá, inicialmente, na veiculação de forma limitada da comunicação dos resultados obtidos, seguida da publicação dos artigos científicos. Nesse fluxo está implícita a busca da avaliação do seu feito porque a ciência só se torna pública se a publicação acontece.

Meadows ⁵ (1999:93) complementa que a publicação tem uma utilidade adicional para os cientistas.

“Distinguem-se os pesquisadores importantes por seu elevado nível de motivação: são impulsionados pelo anseio de serem tanto produtivos quanto criativos.” (Meadows ⁵, 1999:93)

A conclusão que Meadows ⁵ (1999:93) chega sobre o papel da comunicação científica, tanto formal quanto informal, é a seguinte:

“Esta motivação manifesta-se em todos os tipos de comunicação, não apenas na publicação de artigos e livros. Em comparação com o pesquisador comum, não só essas pessoas são mais motivadas para se envolverem com a comunicação formal, mas também estão mais preocupadas com a comunicação informal.” (Meadows ⁵, 1999:93)

A comunicação informal satisfaz a necessidade de se obter informação de forma rápida e direta, no decurso da pesquisa. Os resultados do feito científico são veiculados pela comunicação formal, através da sua publicação em periódicos ou livros.

A divulgação do feito científico tem o papel de legitimar a prática da pesquisa, buscando manter a confiança que a sociedade deposita na ciência e no uso que se pode fazer dela.

Segundo Meadows ⁵ (1999:7), a comunicação informal possui a efemeridade da “*informação falada*” e, geralmente, está disponível para um grupo limitado.

Na área da biblioteconomia, o contato pessoal é considerado fonte informal e pode ser estabelecido de diversas formas, sendo comum acontecer nos eventos científicos. As cartas e as mensagens eletrônicas também são consideradas meios de comunicação informal importantes.

Para Ziman ⁸ (1969:320), o informal não pode ser definido a partir de critérios rígidos e específicos. O autor explicita que:

“Um dos maiores propósitos do empreendimento científico é conseguir extrair do confuso, do vago, o ‘*estofo da experiência*’, ou seja, a pouca precisão, a definição clara, os objetivos, conceitos, princípios e observações. Isto é essencial para o trabalho científico ser escrito em sua completeza com todos os detalhes da técnica, interpretação e limitação lógica necessária para persuadir o leitor da verdade das conclusões – ou, pelo menos, suficiente para ele repetir a experiência ou o cálculo para si mesmo.” (Ziman ⁸, 1969:320)

Nos grupos de pesquisa, a comunicação informal, segundo Meadows (1999:142), se dá em duas etapas: a primeira no interior do próprio grupo e a outra entre os grupos de pesquisa, sendo que os envolvidos mais ativamente com a produção da informação são os que mais fazem consultas a seus pares para atender seus próprios interesses. Essas consultas estão unidas à demanda de informação por parte do pesquisador.

“Os pesquisadores ativos em matéria de informação – muitas vezes as mesmas pessoas que são os cientistas altamente produtivos [...] são atores principais nos grupos de pesquisa. Desempenham um papel principal na comunicação tanto dentro quanto entre os grupos.” (Meadows ⁵, 1999:142)

A comunicação científica, que acontece quando da passagem da produção à divulgação do conhecimento, perpassa a questão da disponibilidade dessa informação e de seu uso. Se a informação não for restrita, por não se relacionar diretamente com a produção de uma inovação tecnológica, até que ponto é possível disponibilizá-la e de que forma?

A comunicação informal possibilita a discussão dos resultados de uma pesquisa, apresentados por seu autor, antes de publicá-los na “literatura branca” (denominação dada à publicação científica efetuada em veículos de grande alcance tais como, periódicos e livros), ampliando, assim, o escopo de sua pesquisa.

O que Solla Price ² (1976:42), nos faz perceber é que a ciência se mantém no seu “*locus*”, e utilizando as quatro operações matemáticas (*a arte dos números*) possibilita distinguir a ordem de grandeza do trabalho científico a partir da proporcionalidade com que os agentes da pesquisa somam, dividem ou multiplicam na comunicação científica.

A comunicação formal tem adquirido um papel importante sobre uma dimensão da atividade científica moderna, cujo sistema avaliativo é, principalmente, baseado nos parâmetros da publicação científica.

Segundo Davyt e Velho ⁹ (2000:96), as formas de avaliar a produção científica não foram sempre as mesmas. O que ocorre é que os critérios mudam de acordo com o momento, sob influências que, de certa forma, representam as transformações vigentes na sociedade e na própria comunidade científica. Tudo indica que, o que não se perdeu durante todo esse tempo de existência da ciência é a idéia de que somente o especialista pode avaliar o trabalho uns dos outros, de forma confiável, devido à sua formação e experiência.

Segundo Davyt e Velho ⁹ (2000:96), desde o século XVII, os cientistas criaram formas próprias de controle do trabalho científico, utilizando-se do registro dos ‘resultados’ como um meio para que o trabalho recebesse o “rótulo de científico”. Para isso:

“[...] a experiência tinha que ser efetivamente comunicada aos outros, isto é, fazer sua passagem do domínio privado para o público.” (Davyt; Velho ⁹, 2000:98)

Para efetivar essa passagem, técnicas foram aplicadas de forma a detalhar métodos e materiais utilizados de forma clara e compreensível, para que qualquer leitor compreendesse o que foi registrado.

“[...] apenas os resultados de experimentos que fossem devidamente relatados, escrutinizados e tidos como verdadeiros pelos demais praticantes poderiam ser reconhecidos como científicos. Assim, para passar para o domínio público (isto é, ser publicado), o trabalho científico precisava da chancela de seus pares.” (Davyt; Velho ⁹, 2000:98)

Segundo os autores:

“[...] tal avaliação faz sentido, na medida em que, com base no parecer dos especialistas, acredita-se ser possível reduzir os riscos de financiar, por exemplo, um projeto atraente, promissor, mas não exequível. Com base nesta premissa, o julgamento por pares tem sido amplamente utilizado pelas agências financiadoras – governamentais, universitárias, privadas – para alocar recursos a indivíduos ou grupos que apresentam propostas de pesquisa.” (Davyt; Velho ⁹, 2000:99)

Nas décadas de 1940 e 50, com o estabelecimento do aparato institucional da política científica, passou a ser utilizado nos Estados Unidos, de forma sistemática por parte das agências de fomento, o processo de avaliação pelos pares, com a finalidade da alocação de recursos. Como vimos, a revisão pelos pares, independente de sua finalidade, segue critérios pré-estabelecidos.

“Um dos primeiros autores, na década de 1960, que fez considerações em relação aos ‘critérios de escolha em ciência’, Weinberg (1963, pp. 161-2) centrou suas críticas e recomendações no ‘universo fechado’ da avaliação. Ele chamava atenção para o fato de que os pares julgam com base em regras definidas pela própria comunidade disciplinar.” (Davyt; Velho ⁹, 2000:106)

Segundo Davyt e Velho ⁹ (2000), existem duas vias de critérios para a avaliação pelos pares segundo as agências de fomento. Haveria critérios internos, em que estão em julgamento as competências científicas, que a princípio só pode ser validada pelos especialistas da área de conhecimento e os critérios externos, a partir da opinião de não especialistas, baseados nos resultados esperados da pesquisa, seja ela do “*tipo científico, tecnológico ou social*”.

Qualquer que seja o meio em que se publica, o cientista está, de certa forma, buscando a credibilidade do conhecimento que ele construiu ou está construindo. Isso se dá através do processo avaliativo dos seus pares ou de uma agência para obtenção de financiamento, daí resultando caminhos para a construção do conhecimento científico.

Se o relatório de pesquisa ocupa um papel privilegiado na área de transição entre a comunicação formal e informal, para melhor entendermos como circulam as informações, trataremos de recorrer a outras abordagens acerca da produção do conhecimento científico em seus contextos de produção.

4.2- OUTRAS DIMENSÕES PARA A COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIA

Nosso objeto de estudo, o **relatório**, envolve diferentes ações e atores da pesquisa, em sentido estrito, e da atividade científica, num sentido mais amplo. Para melhor entendermos o papel desse documento, será esboçado um quadro geral do processo de

produção científica e do papel do cientista dentro dele. Para esclarecer esse processo, recorreremos a dois sociólogos franceses, Pierre Bourdieu e Bruno Latour.

4.2.1 – Bourdieu

O cientista, de acordo com Bourdieu, estabelece o seu domínio num campo de produção de conhecimentos, no qual pode estabelecer a sua autoridade no sentido da competência científica através do monopólio da definição do que seja o valor científico daquele campo. Esse espaço delimitado torna-se a arena de disputas pela validação e reconhecimento de seus feitos.

Bourdieu apresenta o conceito principal de campo científico para os propósitos deste estudo:

“[...] é o lugar de uma competição, de um assunto específico no qual, está em jogo o monopólio da autoridade científica, definida inseparavelmente como capacidade técnica e o poder de reunião social, ou, de outro modo, o monopólio da competência científica, no sentido da capacidade socialmente reconhecida de um agente para falar e agir legitimamente em assuntos científicos.” (Bourdieu¹⁰, 1975:19)

Visando seu reconhecimento pelos seus pares, o cientista estabelece uma estratégia política de investimento na escolha do campo científico, ou seja, na busca de áreas em que terá melhores condições de competição. Isso ocorre para que haja possibilidades maiores de êxito para o cientista e para que essa vitória corresponda a uma maior visibilidade para ele.

As práticas científicas não são isentas de interesses, existindo sempre a influência do conhecimento previamente adquirido e da posição do pesquisador no campo científico. Quanto mais o cientista apreende em suas pesquisas, mais se ampliam as possibilidades de expansão de seus feitos e também de reconhecimento e autonomia no seu campo de domínio.

Fica clara a existência de compromissos assumidos, seja com os financiadores da pesquisa seja com as instituições com as quais mantém seu vínculo principal. É difícil, na pesquisa estabelecer a distinção entre os interesses próprios e externos. O que é importante e interessante para os outros é o que traz consigo, na maioria das vezes, as possibilidades de reconhecimento.

“O pesquisador depende também de sua reputação junto aos colegas para obter fundos para pesquisa, para atrair estudantes de qualidade, para conseguir subvenções e bolsas, convites, consultas, distinções.”
(Bourdieu ¹¹, 1983:131)

Sendo assim, o reconhecimento se torna uma condição essencial para que os processos de produção e os produtos científicos sejam consagrados por meio de um valor que os singularize com relação aos demais, respaldados pela originalidade e pelo conhecimento científico acumulado.

O campo científico tem sua estrutura definida pelas relações de força que se estabelecem entre os agentes, possuidores de capital científico específico e acumulado por esforços anteriores.

“A estrutura da distribuição do capital científico está na base das transformações do campo científico e se manifesta por intermédio das estratégias de conservação ou de subversão da estrutura que ela mesma produz.” (Bourdieu ¹¹, 1983:134)

Com isso, ocorre uma distribuição do capital no campo científico de forma desigual, dependendo da posição que ocupa cada agente, ora de dominação ora de submissão.

Os interesses científicos são, muitas vezes, desviados, na medida em que os cientistas procuram manter-se em posição privilegiada dentro do campo científico para atender aos interesses externos.

O conjunto de estratégias utilizado no campo científico para atender aos interesses individuais e também coletivos cumpre papel essencial de estabelecer:

“[...] a circulação dos objetos, das idéias, dos métodos e, sobretudo, do reconhecimento no interior de uma comunidade produz, como todo ‘círculo de legitimidade’, um universo de crenças [...]” (Bourdieu ¹¹, 1983:153)

O papel e construção do “circulo de legitimidade” será retomado e ampliado por Latour.

4.2.2 – Latour

Esse autor envolve, de maneira explícita, a informação no processo de produção científica.

Para Latour, a informação estabelece uma relação entre dois lugares: um de quem conhece e o outro de quem quer conhecer. Existem espaços, onde residem às inscrições do conhecimento em quaisquer meios, que podem ser denominados de bibliotecas, museus, laboratórios, etc. Neles ocorrem a acumulação, representação e recuperação do conhecimento. Para Latour, é nesses espaços em que se dá a intermediação onde se fabrica “não só o corpo, mas, também a alma do conhecimento.” (Latour ¹², 2000:21)

Durante o processo de pesquisa, o cientista agrupa inscrições portadoras de outras informações, que são produzidas e acumuladas em seus espaços de investigação e que se deslocam de um espaço a outro sem que o próprio cientista, necessariamente, tenha que sair de seu espaço de trabalho.

A informação, segundo Latour ¹² (2000:22), é uma inscrição substantiva que possibilitaria uma reconstrução da matéria referenciada ao que é pertinente, sem que, necessariamente, a mesma esteja no mesmo espaço em que se reúnem as inscrições. Informação, portanto, é:

“[...] uma relação estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma periferia, e o segundo, que se torna um centro, sob a condição de que entre os dois circule um veículo que denominamos muitas vezes forma, mas que para insistir em seu aspecto material, eu chamo de inscrição.”
(Latour ¹², 2000:22)

Segundo Latour ¹² (2000:26), não deveria ser conferido ao conhecimento do especialista um estatuto de superioridade com relação a outras formas de saber, ou seja, o entendimento de um mesmo objeto não se dá de forma superior, mas, sob diferentes maneiras de entender.

“A comparação de todas as aves do mundo sinoticamente visíveis e sincronicamente reunidas lhe dá uma enorme vantagem sobre quem só pode ter acesso a algumas aves vivas. A redução de cada pássaro se paga com uma formidável amplificação de todos os pássaros do mundo.”
(Latour ¹², 2000:26)

O mesmo significado é atribuído ao registro do processo de construção da pesquisa que retrata os caminhos percorridos e que em sua singularidade amplia o universo de outros processos.

Inscrições documentárias amparam e de certa forma comprovam o que foi experimentado e executado e está sendo falado ou demonstrado. Latour ¹² (2000) mostra que, sem a rede de transformações, deslocamentos, traduções, destaques, que vai, transversalmente, do texto às práticas de pesquisa e seus instrumentos, nem a pesquisa poderia existir nem o pesquisador poderia conhecer.

A expressão “centros de cálculo” é vista como:

“[...] uma inscrição [que] aproveita as vantagens do inscrito, do calculado, do plano, do desdobrável, do acumulável, do que se pode examinar com o olhar [...] ela se torna comensurável como todas as outras, vindas de domínios da realidade até então completamente estranhos. A perda considerável de cada inscrição isolada, em relação ao que ela representa, se paga ao cêntuplo com a mais-valia de informações que lhe proporciona essa compatibilidade com todas as outras inscrições [...], mas este poder não vem de sua entrada no universo dos signos, ele vem de sua compatibilidade, de sua coerência ótica, de sua padronização com outras inscrições, cada uma das quais se encontra sempre lateralmente ligada ao mundo através de uma rede.” (Latour ¹², 2000:29)

O conjunto da rede de transformações, que conecta cada inscrição com outras inscrições registradas, seria constitutivo do significado e poder de um centro de cálculo. Não se pode deixar de admitir o papel importante do registro dessas inscrições, que, através de deslocamento, é inserido nos espaços, juntando-se a outros e, assim, permitindo “a circulação de todas as inscrições capazes de trocar entre elas algumas de suas propriedades.” (Latour ¹², 2000:34)

A compatibilidade do registro da informação na produção das inscrições resultará da existência de uma metodologia, que buscará a padronização da representação do documento que contém registros plausíveis de comprovar aquilo que foi pesquisado.

Segundo Latour:

“[...] os fenômenos circulam através do conjunto, e é unicamente sua circulação que permite verificá-los, assegurá-los, validá-los. Não esqueçamos que as belas palavras do conhecimento, exatidão e precisão perdem seu sentido fora dessas redes, dessas transformações, dessas acumulações, dessas mais-valias de informação, dessas inversões das relações de força.” (Latour ¹², 2000:37)

Para o entendimento da posição que cada sujeito e objeto ocupam no espaço e em relação ao outro, Latour ¹² (2000) cita o exemplo de um desenho em perspectiva única, no qual é “possível imaginar outras posições para o objeto no espaço”. No entanto, o sujeito em relação ao objeto deve ocupar a “posição privilegiada que o pintor lhe reservou”.

O autor nos mostra que, na verdade:

“[...] existe um observador privilegiado, aquele que, no centro de cálculo, pode capitalizar o conjunto de desenhos, dos dados, dos levantamentos, dos mapas, das observações enviados por todos os observadores despojados de qualquer privilégio, e pode também por uma série de correções, de transformações, de reescritas, de conversões, torná-los compatíveis.” (Latour ¹², 2000:39)

Essas inscrições, reunidas em um único lugar, permitem ao observador o privilégio de “encontrar-se presente simultaneamente em todos os lugares onde, no entanto, essas inscrições não residem” (Latour ¹², 2000:39). O que é destacado pelo autor é como tornar compatível a leitura dessas inscrições com a realidade.

“As inscrições não remetem no vazio a outros signos, uma vez que, a cada mudança de nível, elas se carregam de matéria e servem de validação uma à outra. E, no entanto, não se pode percorrer sua cadeia, sem encontrar, atrás da matéria anterior, outras marcas, outras instituições que já ‘prepararam o terreno’, a fim de que sua leitura se torne compatível.” (Latour ¹², 2000:41)

Se Latour destaca o momento de fixação e inscrição de um conhecimento na definição de informação, a Ciência da Informação tende a considerar a informação científica e tecnológica em seus aspectos semânticos e referenciais e no contexto da comunicação do conhecimento.

Informação científica é “todo conhecimento que resulta - ou está relacionado com o resultado de uma pesquisa científica.” (Aguiar ¹³, *apud* IBICT ¹⁴, 2001:12)

Conforme outra leitura da área, a informação científica e tecnológica (ICT) incluiria insumos para a produção do conhecimento científico, provenientes ou não das práticas de pesquisa, tais como, dados estatísticos ou cartográficos.

“[...] considerando os contextos de produção e aplicação da Ciência e da Tecnologia em toda sua extensão, vale incluir na definição de informação científica tecnológica toda a informação que os cientistas e as organizações de P&D precisam para desenvolver suas atividades; aquela necessária para estabelecer os elos entre a geração de conhecimentos e seu uso e absorção nas diferentes esferas da economia e da sociedade; as requeridas para a educação e divulgação científica; as demandadas pelas interfaces da produção científico-tecnológica com o Estado e suas instâncias decisórias, no planejamento e gestão da C&T; e finalmente, informações destinadas a ampliar a participação da cidadania e suas expressões organizadas nos processos de elaboração de políticas públicas.” (IBICT ¹⁴, 2001:12)

Fechando o quadro sobre o campo científico, são apresentados com base nos estudos de Latour ¹⁵ (2000:263), os ciclos de produção científica.

Segundo Latour, o ciclo da produção contém elementos tais como: recursos financeiros, força de trabalho, instrumentos, objetos novos, argumentos e inovações. A partir da demanda do mantenedor, ou seja, o financiador da pesquisa, e um especialista, decidem para que e quem receberá esses recursos. Seguindo o ciclo, passamos para a força de trabalho representada pelo cientista, desenvolvedor da pesquisa, que utiliza os instrumentos existentes ou concebe novos instrumentos para configurar o seu objeto.

Na continuidade do ciclo da produção científica se dá o relato das experiências produzidas. Os argumentos, inicialmente pouco consistentes, são consolidados na publicação formal, procedendo-se assim, a disseminação do novo no campo científico.

Segundo Latour ¹⁶ (2001:206) os cientistas estabelecem estratégias que são utilizadas na operação de translação, palavra que:

“[...] não significa passagem de um vocabulário a outro, de uma palavra francesa a uma palavra inglesa. [mas, indica] deslocamento, tendência, invenção, mediação, criação de um vínculo que não existia e que, até certo ponto, modifica os dois originais.” (Latour ¹⁶, 2001:206)

Para ele, as estratégias desse movimento são: o cientista quer algo porque o outro quer; ou, quer porque o outro não quer. Outra estratégia seria, nessa mediação, o desvio do interesse do cientista para atender aos interesses de outros. Por fim, ocorreria remanejamento de interesses e objetivos em busca do novo.

Isto nos remete a uma reflexão sobre a produção dos relatórios e o papel que eles exercem na produção científica como um instrumento de **translação** no campo científico, ampliado por suas redes de relações com outros campos ou domínios de atividade, que podem ser tanto campos fenomênicos de construção do objeto científico como campos sociais de demanda e destinação dos conhecimentos.

Fica claro, também, para quem aprofunda o olhar sobre o agir no campo científico, que a informação é a pedra de toque para a produção do conhecimento e que esse conhecimento precisa ser comunicado sob diversos formatos informacionais.

Em síntese, os diferentes estudos evidenciam que a produção científica seria um processo contínuo, onde: a) os valores de conhecimento se constituem ao longo de toda a cadeia de atividades e comunicações; b) a ciência não definiria um campo fechado e auto-suficiente de produção de valor; c) existem processos de translação entre cientistas, administradores e outros atores sociais que disponibilizam recursos à ciência e que aplicam os conhecimentos em atividades produtivas e de tomada de decisão.

Na construção desses caminhos está a **literatura informal**, que por não ter uma publicação ampla, muitas vezes é considerada uma literatura cinzenta e sobre ela passaremos a falar no próximo capítulo.

5. PANORAMA DA LITERATURA CINZENTA

A utilização de cores para identificar documentos de acordo com seus conteúdos é um hábito utilizado na Europa desde 1899. Essa relação de cor e conteúdo é encontrada também nos Estados Unidos para identificação das publicações oficiais. No caso da literatura cinzenta, a cor cinza foi utilizada para nomear os documentos ali arquivados e produzidos de maneira informal, com acesso restrito e, na maioria das vezes, de natureza privada e confidencial, porém, contendo inscrições valiosas do conhecimento científico. Esse estoque de documentos, quando organizado, constitui o que é denominado ‘literatura cinzenta’, termo que se origina do inglês *grey literature*. Eles são documentos não convencionais e publicados parcialmente, produzidos no âmbito: governamental, não governamental, acadêmico, cultural, privado, comercial e industrial.

Os documentos da literatura cinzenta podem ser os *pre-prints*, as dissertações e teses, os trabalhos apresentados em eventos (reuniões, congressos, foros de diversas naturezas) e os relatórios. Dentre os diversos tipos de relatórios, foram escolhidos, como objeto de estudo desta pesquisa, os relatórios de pesquisa. Sobre eles falaremos mais tarde.

5.1 – CONCEITOS DA LITERATURA CINZENTA

Na III Conferência Internacional sobre Literatura Cinzenta, realizada em Luxemburgo, em 1997, esta ficou assim definida:

“[...] aquela que é produzida em todos os níveis de governo, academias, negócios e indústrias em formato impresso ou eletrônico, mas que não é controlada pelos editores comerciais.” (Carvalho ¹⁷, 2001:2)

A literatura cinzenta, não se distingue, exclusivamente, pela forma de seu conteúdo e de sua disseminação. Essa literatura, destacando nela os **relatórios**, apresenta uma

estrutura que pode favorecer o aumento da aplicação social da pesquisa, e não servir apenas como prestação de contas para as agências financiadoras.

Segundo Luzi ¹⁸ (2000:111), antes da III Conferência Internacional sobre Literatura Cinzenta não havia um consenso sobre a definição da literatura cinzenta. Alguns autores associam o conceito de informação cinzenta:

“[...] como informações, dados e pacotes de informação acessíveis pelos meios de comunicação eletrônica.” (Luzi ¹⁸, 2000:111)

O conceito acima foi utilizado para distinguir a tradicional literatura cinzenta, da apresentada em novo formato, que poderá oferecer facilidade de acesso e recuperação da informação.

Outros estudos, presentes em todas as conferências, buscaram identificar as formas de transferir as inovações tecnológicas, analisando o comportamento dos cientistas e o uso das fontes de informação cinzenta, e também o método utilizado para ler os relatórios.

A partir de pontos de vista diferenciados, existem classificações para essa literatura. Almeida ¹⁹ (2000:39) apresenta o quadro de Di Cesare ²⁰ (1995:160) que, em seus estudos bibliométricos, analisa o uso da literatura cinzenta através de citações em contextos de disciplinas específicas na área da agricultura, utilizando para a sua classificação três tons de cinza, formando uma pirâmide, que se inicia em sua base pelo tom mais claro. Destacamos alguns documentos dessa literatura para exemplificar:

Quadro 1 - Classificação dos documentos cinzentos

| Tipos | Classificação |
|---------------------------------|----------------------------|
| Comunicações privadas | literatura cinzenta escura |
| Relatórios | literatura cinzenta média |
| Teses | literatura cinzenta média |
| Anais, atas e notas de reuniões | literatura cinzenta clara |

Fonte: Almeida MRG. Literatura cinzenta: teoria e prática. São Luís: Edições UFMA//Sousândrade; 2000.

Em Auger ¹ (1994:8), encontramos o seguinte quadro de comparação entre a literatura tradicionalmente classificada como de relatório e a literatura cinzenta:

Quadro 2 - Literatura de relatórios e literatura cinzenta

| Dimensões da comparação | Literatura de relatórios | Literatura cinzenta |
|---------------------------------|--|--|
| Primeiro uso do termo | 1940 | 1980 |
| Características | Acompanhamento de projetos e pesquisas sustentadas pelo governo e agências, com forte ênfase em contrato da área de defesa | Todo tipo de literatura não disponível através dos canais formais, incluindo relatórios, literatura de negócios, traduções e publicações <i>ad hoc</i> |
| Controle bibliográfico | 1-Código de serie, outorgado por quem origina o relatório; 2-Número de acesso, outorgado pelas agências de destinação; | Ocasional, com algum uso do ISBN |
| Formato | Prevalciam as cópias em papel e microfichas | Trabalhos impressos, manuscritos, folhetos e microformas |
| Desenvolvimento e <i>status</i> | Formatos bem estabelecidos e reconhecidos pelas comunidades de P&D | Assunto tratado pela IFLA e outras organizações |
| Disponibilidade | Detalhes contidos em publicação periódica | Incerta: estão sendo feitos esforços de disponibilização nos níveis organizacionais e nacionais |

Fonte: Auger CP. Information sources inf grey literature. London: Bowker Saur; 1994.

Nota: Adaptado pela Autora

5.2 – A PRODUÇÃO DA LITERATURA CINZENTA

Almeida ¹⁹ (2000:43) declara que a literatura cinzenta é produzida nos laboratórios de pesquisa, universidades, sociedades acadêmicas, estando atrelada a essas entidades a sua responsabilidade. Possui classificações e refere-se a documentos com tiragem limitada e, portanto, considerados valiosos como, por exemplo, os relatórios técnicos e científicos.

Para alguns, a produção desse tipo de literatura pode parecer não confiável por não passar pelo julgamento dos avaliadores, tal como acontece nos periódicos científicos. Mas é importante ressaltar que, no processo de produção dessa literatura, descobrimentos e modificações relevantes podem ser introduzidos numa área do conhecimento, beneficiando outras investigações dentro ou fora de determinada instituição.

A produção da literatura cinzenta, de acordo com Luzi ¹⁸ (2000:112), está associada à necessidade dos cientistas de comunicar e difundir os resultados do trabalho investigativo no meio científico, bem como de localizar e divulgar suas idéias de forma mais rápida. Alguns estudos buscam, através do uso de modelos de comunicação, reconstruir a passagem entre o direito de produção da informação e sua divulgação. Outros buscam, fora dos modelos da comunicação científica, entender o comportamento do cientista com respeito à sua tendência em difundir a literatura cinzenta. Há, também, estudos que buscam identificar os meios utilizados na transferência de tecnologia e inovação, analisando o comportamento dos pesquisadores *vis-à-vis* com o uso das fontes de informação da literatura cinzenta.

“[...] uma grande parte do conhecimento científico e informação não aparecerá sob outra forma de literatura diferente da literatura cinzenta, e, se não existir esforço especial feito por serviços de informação especializado que possam prover cópias da literatura solicitada o material, estará perdido para sempre.” (Chilag ²¹,1982:3)

Como exemplo, podemos citar o relatório feito por Oliveira²² (1960), para o Diretor do IOC na época, contendo registros de atividades administrativas. Esse relatório foi considerado pelo autor como “fatos não impressos, que não são de domínio público”, sobre a Estação de Hidrobiologia, na Ilha do Pinheiro, no Rio de Janeiro. Esse relatório contém fotos, desenhos e detalhes de técnicas utilizadas na época que nos permitem retratar a memória científica. Em pesquisa na base de dados da produção científica da FIOCRUZ – PROMAN não foi identificada qualquer publicação formal desse relatório.

Na opinião de Lara Guitard²³ (1985:189), a literatura cinzenta possui importância a do ponto de vista da documentação científica, tendo tanta legitimidade quanto à formalmente publicada.

Para tornar mais claro o conceito de literatura cinzenta, apresentamos, abaixo, um quadro com as principais características dessa literatura:

Quadro 3 - Características da Literatura Cinzenta

| Características | Peculiaridades |
|---------------------------------------|---|
| Controle bibliográfico ineficaz | Não possui registros nas agências de informação depositárias (ISSN, ISBN) |
| Não comercialização | Não passa pelas fontes comerciais |
| Normas variáveis de produção e edição | Mecanismos simples de produção |
| Produção institucional | Universidades, Centros de Pesquisa, Organismos Governamentais, etc. |
| Tiragem reduzida | Alcança um público reduzido |
| Duração limitada | Caráter transitório |

Fonte: a Autora

5.3 – A LITERATURA CINZENTA NA EUROPA

A Biblioteca Britânica, por meio de seu serviço de empréstimo baseado, principalmente, em seu acervo com vários tipos de documentos, desempenha um papel importante e fundamental na difusão da literatura cinzenta. Essa biblioteca é considerada a principal depositária dos documentos produzidos pela Comunidade Européia e pelas agências americanas.

Em 1969, a *British Library Lending Division* (BLLD), hoje denominada *British Library Document Supply Centre* (BLDSC), lançou a publicação “Pesquisa Britânica e Relatórios de Desenvolvimento” que, em 1971, passou a ser denominada “Guia Britânico de Relatórios, Traduções e Teses”.

No final da década de 70, surge, na Europa durante o Seminário de York, evento dedicado à literatura cinzenta, o *System for Information on Grey Literature in Europe* (SIGLE). Advindo de consórcio estabelecido entre as bibliotecas e centros de documentação, esse sistema tem sua gestão sob a responsabilidade da Associação Européia para Exploração da Literatura Cinzenta na Europa – EAGLE. O SIGLE é o primeiro sistema de cooperação que estabelece padrões para o uso da literatura cinzenta e que tem como objetivo a expansão do seu acesso. A base de dados que recebe o mesmo nome (SIGLE) comporta, de forma multidisciplinar, informes, dissertações, relatórios técnicos científicos e outros documentos dos países membros.

As iniciativas para disseminação dessa literatura, na Europa, foram levadas adiante com o respaldo das Conferências Internacionais sobre Literatura Cinzenta, que caracterizam essa documentação como um instrumento informal de comunicação científica. Consideram, também, que essa documentação não possui regras rígidas de produção e difusão. Além disso, essa documentação é tida como tendo uma natureza dinâmica e baixo

custo, fato que lhe proporciona um crescimento cada vez maior, em contraponto com a literatura branca.

5.4 – A LITERATURA CINZENTA NOS ESTADOS UNIDOS

De acordo com a revisão de literatura feita por Luzi¹⁸ (2000:107), dois autores apresentam datas diferentes para o nascimento da literatura cinzenta nos EUA. O primeiro autor, citado por Luzi, foi Auger¹ (1994), que registra, em 1909, os vestígios de existência de memorandos e relatórios, ressaltando, no entanto, que, em 1915, apareceu o primeiro conjunto de relatórios nos Estados Unidos, pertencentes ao *National Advisory Committee for Aeronautics* (NACA).

O segundo autor citado por Luzi, foi Hartas²⁴ (1966), que encontrou um registro anterior ao de Auger, publicado pelo periódico *US Geological Survey*, em 1902, sobre um documento que incluía a expressão *Report – the Professional Papers*. Ele também aponta a expressão *Technologic Papers*, usada pelo *National Bureau of Standards*, em 1910. Esses documentos traziam registros de conteúdos e métodos de produção.

Um aspecto a ser destacado com referência à literatura cinzenta, particularmente nos EUA, é o seu impulso, a partir do pós-guerra, na área das Ciências Físicas, como meio de divulgar o conhecimento científico e como forma de transferir tecnologia, conforme pode ser constatado por meio da publicação da primeira bibliografia de informes técnicos, em 1946, pela *Publications Board* dos Estados Unidos, com o título de *The Bibliography of Scientific and Technical Research*, que se transformou, em 1970, em *National Technical Information Service* (NTIS).

Na década de 50, foi fundado nos Estados Unidos, o *Committee on Scientific and Technical Information* (COSATI), com o objetivo de coordenação e difusão das informações científicas e técnicas. O COSATI estabeleceu instrumentos para os registros

desse tipo de literatura em uma estrutura dividida em categorias e subcategorias, com uma nota de escopo (utilizada para indicar o conceito do termo empregado e notas complementares). Isto propiciaria uma inscrição desses documentos de forma padronizada de modo a facilitar o intercâmbio desses registros. Essas ferramentas vêm sendo utilizadas por diversos sistemas de informação.

Com o início da difusão dos primeiros bancos de dados *online*, na década de 70, a literatura cinzenta foi inserida neles e distribuída comercialmente pela DIALOG, em 1972. Nela, estavam incluídas as bases de dados *NTIS Bibliographic Database* em cd-rom, a *ERIC and Aerospace Database*. Em 1974, o *International Information System for the Agricultural Sciences and Technology* (AGRIS), contendo arquivos eletrônicos em agricultura, oriundos de um sistema de cooperação para coleta dos dados dessa área, passou a integrar a base DIALOG.

O NTIS que se constitui como a principal fonte do governo americano na área científica, em 1970, criou a sua base de dados, que continha um volume grandioso de documentos cinzentos. O centro de dados foi, então, transformado em uma rede de instituições, formada por agências governamentais, laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, indústria da informação e departamentos de universidades.

A rede NTIS passou a ter uma abrangência cada vez maior, estabelecendo acordos com organismos internacionais, conseguindo, por esse motivo, obter sua autonomia econômica. Assim, tornou-se o mais importante organismo de compilação e análise da literatura cinzenta e é o organismo que agrupa o maior número de relatórios de pesquisa e projetos financiados pelo governo dos Estados Unidos. Almeida ¹⁹ (2000:77) afirma que, por essas características, a NTIS é “a organização americana mais influente e importante sobre literatura cinzenta, em especial, por sua coleção de relatórios.”

5.5 – A LITERATURA CINZENTA NA AMÉRICA LATINA E BRASIL

O Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), estabelecido desde 1967, possui em sua base de dados componentes da literatura cinzenta tais como teses, relatórios, anais de congressos e informes técnicos e está disponível para acesso através da página da Bireme (<http://www.bireme.br>).

No Brasil, segundo Población ²⁵ (1992:244), os documentos da área da saúde considerados cinzentos, começaram a serem incluídos a partir de 1982 na base de dados LILACS da Bireme. A autora afirma que:

“[...] a base de dados Lilacs, [...] após 10 anos de criação (1982-1992), está incluindo 14% da literatura não convencional coletada pela Rede Latino-Americana.” (Población ²⁵, 1992:244)

Existem outras iniciativas, no Brasil, com relação ao estabelecimento de bases de dados de literatura cinzenta. Entre elas, destaca-se, em Brasília, a base do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), que tem como missão o desenvolvimento do setor de informação, estabelecendo a Rede ANTARES, que identifica, opera e oferece acesso às bases de dados; o Programa COMUT, que oferece serviços de comutação; e as bases de Teses e Dissertações.

No Rio de Janeiro, destaca-se o Centro de Informação Nuclear da Superintendência de Informática da Comissão Nacional de Energia Nuclear - (CIN/CNEN) por oferece diversos serviços e acessos a bases de dados no campo da energia nuclear e áreas correlatas, possuindo, nestas bases, volume significativo de literatura cinzenta.

Cabe destacar, também, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello, da Petrobrás (CENPES), criado, em 1955, para atuar na área de Engenharia de Perfuração. Este centro mantém, entre outros documentos, a sua coleção cinzenta, contendo relatórios técnicos, teses, traduções e vídeo cassetes, apresentando um “crescimento anual de 15%, em sua maioria, de documentos cinzentos.” (Petróleo Brasileiro S/A ²⁶ *apud* Almeida ¹⁹, 2000:132)

6 – O ACESSO À LITERATURA CINZENTA

Como já foi dito anteriormente, a literatura cinzenta caracteriza-se por não incluir, em sua elaboração, o aspecto da comercialização. Verifica-se então, que a literatura cinzenta:

“[...] é uma matéria tanto no âmbito internacional como no âmbito local, usualmente disponibilizada através de canais especializados e que não se insere em canais e publicações e sistemas de distribuição normais, nem é coberta por alguma forma de controle bibliográfico ou esquemas de aquisição de livreiros ou agências de subscrição.” (Carvalho ¹⁷, 2001:2)

A proliferação de novas tecnologias exige, cada vez mais, atenção por parte dos profissionais de informação para a expansão do universo do controle bibliográfico. Portanto, é dever desses profissionais orientar a seleção, análise e tratamento dos documentos da literatura cinzenta, fazendo com que estes tenham uma organização sistemática de entradas e saídas de registro, obtendo assim uma identificação precisa e eficiente, possibilitando a divulgação dos mesmos. Isso é dito, com base nos depoimentos obtidos por Foskett e Hill, que dizem que, “90% das informações de que os pesquisadores necessitam são provenientes da literatura cinzenta.” (Foskett; Hill ²⁷ *apud* Población ²⁸, 1996:229)

As conferências internacionais sobre literatura cinzenta iniciaram-se, em 1993, a partir de um esforço da SIGLE, que buscava aumentar o seu banco de dados nos países da Europa, da NTIS, que visava à manutenção de sua tradição e do *Japan Information Center of Science and Technology* (JICST), que buscava exercer maior controle bibliográfico de sua literatura.

Durante a Primeira Conferência Internacional sobre Literatura Cinzenta, realizada em 1993, foi estabelecida uma Rede de Serviço de Literatura Cinzenta (GreYNet), que tem como objetivo a cooperação internacional através da organização de eventos e o

estabelecimento dos serviços de referência, compilando bibliografias que contenham informações sobre pessoas, organizações e seus produtos e serviços.

Essas conferências passaram a discutir e apontar para a necessidade de gestão efetiva da literatura cinzenta, tal qual a literatura branca. Foram sugeridas novas formas e métodos de divulgação para a literatura cinzenta. De acordo com Luzi ¹⁸ (2000:111), foi introduzido o termo, “*grey information*”, em contraponto à idéia de “*grey literature*”.

Na década de 70, com o desenvolvimento de novas formas de divulgação das informações e maior demanda de produção dos documentos, que compõem a literatura cinzenta, surgiu a necessidade de construir sistemas de informações automatizados para proceder a sua recuperação.

Almeida ¹⁹ (2000:42) detectou a existência de uma preocupação, por parte dos especialistas em informação, com respeito aos documentos eletrônicos e a continuidade da cooperação entre as organizações, buscando expansão do acesso ao campo da informação. Ressaltou, que é necessário conhecer bem os sistemas de hipertexto para a captação da informação em quaisquer outras fontes.

Na literatura cinzenta, persiste a falta de controle bibliográfico efetivo, fato que constitui uma de suas peculiaridades, apesar do surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação.

A partir da década de 90, com o surgimento da Internet como uma ferramenta, não para produção, mas sim para divulgação da informação, surge à expectativa em relação ao uso dessa ferramenta para facilitar a localização e também a expansão do acesso aos

documentos cinzentos, o que em parte vem ocorrendo com a inserção, na Internet, de bases de dados que possuem registros da literatura cinzenta. No final dessa mesma década, as Organizações Não Governamentais (ONGs) passaram a disponibilizar em texto completo a sua literatura, considerada cinzenta, sobre os mais variados temas, como forma de difundir suas idéias.

A publicação da produção científica na literatura branca propicia ao cientista a garantia da validação e controle de qualidade da sua produção pelos seus pares, sendo fundamental à difusão da informação. Deve-se, porém, dar atenção à literatura cinzenta dentro do pensamento de “*acesso universal*” e “*circulação livre de idéias*”.

“[...] a literatura cinzenta tem sofrido inúmeras transformações: de informe de literatura, difundido no campo científica em particular, para os tipos de diferentes documentos produzidos por organismos públicos e instituições privadas nos diversos campos disciplinares” [...] atenção dedicada a literatura cinzenta é indicativo de especial interesse para a consciência de seu valor como informação e a necessidade de se adotar técnicas de difusão e modelos de organização capaz de propagação da informação a um número cada vez maior de usuários.” (Luzi ¹⁸, 2000:113)

Población ²⁵ (1992), então, questiona, e afirma:

“[...] porque não valorizar os documentos não convencionais e procurar coletar com mais regularidade essa literatura fugitiva propositalmente considerada literatura invisível? O que interessa é a velocidade da comunicação!” (Población ²⁵, 1992:244)

O estudo bibliométrico feito por Nancy, William, Wiese ²⁹ (2003:440), na área de medicina veterinária, concluiu que nos artigos científicos da medicina e biologia, as citações de literatura cinzenta são poucas em relação a outras áreas. Isso indica que os canais formais de publicação, tais como periódicos e livros, são mais utilizados pelos profissionais em relatos de pesquisa.

Mesmo que ocorressem citações extraídas da literatura cinzenta e que os documentos citados fossem registrados em bases de dados, isso não significaria acesso pleno, ou seja, a obtenção do documento.

Mesmo que a literatura formal, dita branca, fosse o modo preferencial para a disseminação dos principais achados e enunciados da pesquisa, uma parte importante do núcleo desenvolvido - no processo da pesquisa – só circula no domínio restrito da literatura cinzenta sem ficar disponível para publicações mais amplas. A produção e a representação dessa literatura foi iniciada, de forma estratégica, pelos órgãos governamentais e pelos programas de pesquisa para registrar as investigações em curso.

Para ressaltar o valor da literatura cinzenta, a informação produzida por ela deve ser planejada de forma a atender às demandas das agências de fomento, em suas ações de distribuição, disponibilização e controle dos recursos. O planejamento da informação produzida deve incluir também a possibilidade de torná-la pública.

Porém, ressalta-se que:

“O fato de uma informação estar disponível para agências de governo não significa, necessariamente, que esteja disponível para as demais pessoas, mesmo quando existem possibilidades técnicas.” (McCreddie e Rice ³⁰, 1999:88)

Existem influências e restrições no acesso à informação. Elas podem alterar as relações de poder no âmbito científico e do fluxo das informações, pois determinam quantos podem ter acesso a quê e em que nível de privilégios isso se realiza. Para McCreddie e Rice ³⁰ (1999:89), o acesso à informação afeta tanto a vida privada quanto o desenvolvimento das atividades da esfera pública.

Mccreadie e Rice ³⁰ (1999:91) realizaram seis revisões de literatura de pesquisa e identificaram sobreposições nas dimensões do conceito geral de acesso à informação. Foram revisadas as áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Sociedade da Informação, Mídia, Comunicação Organizacional e Economia da Informação.

Existem diversas condições de acesso à literatura cinzenta: algumas são iguais a todas as áreas revisadas por Mccreadie e Rice, e outras se assemelham apenas nos pontos relevantes como os relacionados ao acesso ao conhecimento, à tecnologia, à comunicação e aos modelos e procedimentos de controle econômico e social.

Por vezes, os relatórios científicos possuem restrições ao acesso devido a fatores sociais, econômicos e políticas organizacionais (circulação intra e interorganizacional, em circuitos/redes relativamente fechados).

O crescimento da literatura cinzenta se estabelece por conta do incremento da pesquisa aplicada, principalmente sob a forma de relatórios em seus variados tipos.

5.7 – RELATÓRIOS

Dentre os diversos formatos de literatura cinzenta, escolhemos, a princípio, os relatórios. Existem diversos tipos de relatórios: os de atividades, os de viagem, os de campo. Trabalharemos na presente dissertação especificamente com os **relatórios de pesquisa**. Essa escolha teve como base a produção considerável desses documentos por parte da FIOCRUZ, instituição federal, vinculada ao Ministério da Saúde, com atividades de pesquisa, ensino, de produção e serviços, no campo da saúde.

Ratificando a escolha, verificamos que, segundo Solla Price ² (1976:53), os grupos de pesquisadores, a partir da necessidade de estabelecer relação com os seus pares e de divulgar as pesquisas em andamento e também na eminência da conclusão de resultados exitosos, utilizam, como meio de divulgação, os relatórios de pesquisa.

É recomendável que o pesquisador tenha sempre atualizado o conhecimento dos descobrimentos e inovações feitas pelos seus pares. Isso evitaria que esforços de pesquisa fossem duplicados, possibilitando também explorar e aperfeiçoar o que já foi descoberto.

5.7.1 – Conceitos de relatórios

Para que fique clara a diferença entre os relatórios de pesquisa e os demais documentos próprios da comunicação científica, descrevemos a seguir alguns de seus conceitos.

Segundo UFPR ³¹ (2000:1), o relatório de pesquisa ou relatório técnico-científico é o documento que relata, de maneira formal, os resultados obtidos em pesquisas e/ou que descreve uma questão técnica ou científica de um projeto de pesquisa.

Esse tipo de relatório pode ser conceituado também como:

“[...] documento expositivo que apresenta em condições formais os resultados ou progressos alcançados em uma investigação ou estudo, com conclusões e fazendo recomendações, que é submetida inicialmente a uma pessoa ou a uma comissão para quem o trabalho foi desenvolvido.”
(Auger ¹, 1994:50)

Outro conceito de relatório nos é apresentado por Cunha:

“[...] é o tipo de documento que apresenta os resultados de projetos técnico-científicos, bem como de testes efetuados para comprovação e avaliação. Os relatórios técnicos geralmente são preparados em linguagem concisa e se concentram no conteúdo permitindo, assim, que o leitor possa acompanhar o processo e fazer desenvolvimentos a partir dessa leitura.” (Cunha ³², 2001:30)

Com relação à classificação da literatura cinzenta, segundo Almeida ¹⁹ (2000:29), os **relatórios de pesquisa** possuem diversas nomeações, mas apresentam as mesmas características da literatura cinzenta em geral e são considerados documentos primários nas tabelas de classificação, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 4 - Classificação dos relatórios segundo os autores

| Autor | Documentos primários |
|---------------|--|
| Amat Nogueira | Relatórios científicos e técnicos |
| Grogan | Relatórios de pesquisa e Relatórios de expedição científica |
| Pinto Molina | Relatórios |
| Villaseñor | Relatórios científicos e técnicos |

Fonte: Almeida MRG. Literatura cinzenta: teoria e prática. São Luís: Edições UFMA/Sousândrade; 2000

Nota: Adaptado pela Autora

Os relatórios científicos são nomeados de diversas formas em função de um organismo ou pessoa a quem eles serão submetidos. Por esse motivo, há relatórios de progressos ou parciais, assim chamados por serem apresentados aos organismos patrocinadores de pesquisa (CAPES, CNPq, FAPERJ, etc.) em períodos curtos, regulares e estabelecidos por esses organismos, com a função de prestar contas das realizações de um período e descrever o que será feito no período seguinte.

O relatório de pesquisa é valorizado por estabelecer elos não só entre a comunicação formal e informal e entre pares, mas também por agir como objeto relacional em alianças entre instituições, com diferentes setores do Estado, da economia, da sociedade e instituições cooperativas de nível internacional e intergovernamental. Portanto, seu valor mais relevante está na possibilidade de extensão da informação.

No Brasil, segundo Almeida ¹⁹ (2000:111), os relatórios, além de serem vistos como parte da literatura cinzenta, são, freqüentemente, nomeados na área da Biblioteconomia como “Memória Técnica, Memória Institucional, Memória Documental ou Arquivo Técnico Central”.

5.7.2 – Produção de relatórios

O formato de produção dos relatórios favorece a apresentação de seu conteúdo de maneira mais detalhada do que o encontrado em outras publicações. A importância dos **relatórios de pesquisa** e de se ter acesso a eles, em processos de transferência tecnológica, é destacada por diferentes autores, por possuírem, às vezes, a descrição do método, dos instrumentos utilizados na pesquisa, tal como os artigos e livros.

Considerados como veículos utilizados para a divulgação dos resultados de pesquisa, os relatórios não se servem dos mecanismos formais de publicação.

Garvey ⁷ (1979:57) considera que os relatórios são modos de disseminar informação mais precocemente, evitando assim a habitual demora da publicação dos artigos científicos. Sua opinião não está baseada na tentativa de estabelecer prioridades científicas, mas, sim como forma de inserir a informação no fluxo do processo e obter antecipadamente informações como contribuição dirigida a outro cientista, órgão ou governo.

Ramalho Correia ³³ (2001:4) enfatiza o caráter interdisciplinar e pluridisciplinar dos relatórios, cuja produção depende muito de suas áreas científicas e técnicas. Esse tipo de publicação prolifera, sobretudo, em áreas pluridisciplinares como a Energia, a Aeronáutica e o setor Aeroespacial, a Astronomia e a Ecologia. O relatório oferece espaço para temas e iniciativas de pesquisa que não encontram reconhecimento nos circuitos comerciais e institucionais dos periódicos científicos.

Mesmo que, por sua natureza, tenham menor relevância com relação ao reconhecimento nos processos de avaliação acadêmica, os relatórios científicos expressam o resultado de pesquisa e deveriam fazer parte da avaliação da produção dos pesquisadores pela sua relevância na prestação de contas aos órgãos mantenedores e à sociedade.

Para as agências mantenedoras, os relatórios são exigidos como forma de se obter conhecimento, através de uma descrição da metodologia adotada e outras informações adicionais, sobre o emprego dos recursos dados. Eles também servem para avaliar se os resultados obtidos foram satisfatórios. Isso ocorrendo, pode representar a garantia de fornecimento de recursos adicionais.

Meadows ⁵ (1999:164) constatou que os relatórios dos projetos de pesquisa são publicados em formato diferente dos artigos de periódicos, embora possuam divisões de conteúdos semelhantes. Foi constatado também que um quarto dos artigos de periódicos que tinham correspondência com relatórios de pesquisa, possuía autores diferentes dos autores do relatório, e na mesma proporção tinham títulos totalmente diferentes. Alguns centros e institutos de pesquisa produzem uma série de publicações destinada a pesquisas, como por exemplo, a publicação da OMS intitulada *Série de Rapports techniques*.

“[...] muitos cientistas [...] vêem [os relatórios] como formas intermediárias, não como uma parte característica da rede de

comunicação formal, de modo que seu conteúdo precisa ser tornado conhecido mais amplamente.” (Meadows ⁵, 1999:165)

A meia-vida do relatório, dependendo de sua natureza e de seu uso, é difícil de ser generalizada. Segundo Meadows:

“[...] estudos importantes que são tornados públicos na forma de relatórios (por exemplo, em geologia, serviço social, história local) pode chegar a ser citado durante décadas após sua publicação. [...] relatórios de vida breve agrupam-se em campos onde a meia-vida registrada de grande parte da informação é curta.” (Meadows ⁵, 1999:228)

5.7.3 – Acesso a relatórios

Ainda que o conteúdo dos relatórios viesse a ser transformado em artigos, seria difícil a sua publicação integral assim como encontrar os periódicos adequados para isso, devido tanto ao seu caráter cada vez mais interdisciplinar quanto ao crescente volume dos resultados produzidos pelas pesquisas.

Segundo Luzi ¹⁸ (2000:107), a primeira bibliografia de relatórios técnicos foi publicada, em 1946, com o título “*Bibliography of Scientific and Technical Research*” pela “*Office of Scientific Research Development*” (OSDR) com o objetivo de divulgar os resultados dos projetos de pesquisa e suas aplicações. Na mesma década, ressaltou-se a importância dos relatórios técnicos científicos como fontes de informação nos campos especializados, não só por difundir o conhecimento científico, mas também por contribuir para a transferência de tecnologia.

Para Población ²⁵ (1992:244), os relatórios predominam em volume dentre os documentos considerados cinzentos que tem seu acesso restrito em função da confidencialidade, por vezes existentes, da exigência da propriedade intelectual e

empresarial e da sua distribuição limitada. Esses fatores dificultam a coleta e a representação desses documentos nas bases de dados.

Como exceção, podemos falar do “Informe de Weinberg”, de 1963, produzido nos Estados Unidos, que fez recomendações para a criação de organismos que difundissem a literatura cinzenta. Esse documento arrolou mais de 100.000 relatórios oficiais que incluíam, entre eles, relatórios científicos.

Por serem limitados os conhecimentos sobre os relatórios de pesquisa na literatura brasileira e pela necessidade de se obter informações básicas sobre eles, este trabalho buscará esclarecer questões que envolvem esse tema, ouvindo os próprios produtores da pesquisa.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo tem um caráter exploratório, pensando-se como fase inicial de um programa mais ambicioso e de maior cobertura sobre as diferentes Unidades da FIOCRUZ.

Com esse objetivo, utilizamos procedimentos que abrangem desde depoimentos dos pesquisadores e gestores sobre as condições atuais e as desejáveis acerca da disponibilização e acesso aos relatórios; analisamos relatórios disponíveis na Unidade e o tratamento que é dado por alguns serviços que oferecem acesso a relatórios de pesquisa científico-tecnológica. Como resultado dessas análises, será apresentado um esboço de modelo de representação, visando a incorporação das referências desses documentos em bases de dados regulares e contínuas.

6.1 – CAMPO OBSERVACIONAL

A FIOCRUZ, segundo dados registrados em levantamentos históricos, sempre foi, desde o seu início como Instituto Soroterápico Federal em 1900 e depois como Instituto Oswaldo Cruz (IOC), uma instituição inovadora no seu modo de fazer ciência, sempre tendo como objeto, na área das Ciências Biomédicas, a busca de soluções para as questões da população.

A FIOCRUZ tem, hoje, como missão:

“[...] gerar, absorver e difundir conhecimento científico e tecnológico em saúde, [...] com a finalidade de proporcionar apoio estratégico ao Sistema Único de Saúde,” (Fiocruz³⁴, 2002:2)

A disponibilização e uso dos seus relatórios de projetos de pesquisa, onde estão descritas, em detalhes, as experiências realizadas nesses processos, visando ao intercâmbio dessas informações entre os pares e para outros ambientes de pesquisa, estão inseridos na missão Institucional.

As demandas na área da Saúde, advindas de nossa realidade, onde há o aparecimento de novas doenças e o reaparecimento de doenças consideradas erradicadas, revelaram que o pesquisador, mesmo conservando a liberdade científica, procura direcionar as pesquisas no sentido de buscar soluções estratégicas para a política nacional de saúde, visando os problemas de Saúde de nossa realidade.

Na FIOCRUZ, projetos são desenvolvidos em busca de soluções para esses problemas. A necessidade de tornar públicos os resultados desses projetos e dar respostas aos seus financiadores está referenciada nas propostas estabelecidas pela sociedade e pelos patrocinadores da pesquisa.

A FIOCRUZ, como instituição de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, vinculada ao Ministério da Saúde (MS), nos seus mais de 100 anos de existência, sempre se preocupou em ter o acervo da sua produção científica, registrado e armazenado na biblioteca. Tem também buscado a valorização das pesquisas desenvolvidas através da conscientização do pesquisador acerca da importância das inscrições documentárias dos resultados de pesquisa, bem como do uso desses documentos como fontes de informação.

6.1.1 - O CICT e os relatórios de pesquisa

O campo empírico desta pesquisa é o Centro de Informação Científica e Tecnológica (CICT), criado em 1992, como unidade técnica de apoio da FIOCRUZ que, no escopo da missão da FIOCRUZ, procede à execução de:

“[...] ações de Informação e Comunicação no campo da Ciência e Tecnologia em Saúde, visando identificar e atender às demandas sociais, do SUS e de outros órgãos governamentais.” (CICT³⁵, 2003:6)

No tocante à sua missão, o CICT deve atuar de forma relevante nas atividades de informação e comunicação, contribuindo para o fortalecimento da instituição nesse setor, tendo, portanto, na representação dos projetos de pesquisa desenvolvidos na Unidade, uma das formas importantes de difusão do conhecimento.

O CICT conta com profissionais em seus Departamentos que executam projetos de pesquisa e, conseqüentemente, produzem literatura cinzenta. Esses projetos representam os temas relacionados às missões dos respectivos Departamentos. Esta pesquisa trabalhou com os seguintes Departamentos e grupos de pesquisa, de acordo com a tabela do CNPq, e disposto no quadro abaixo:

Quadro 5 - Grupos de Pesquisa do CNPq e Departamentos com projetos

| Grupos de pesquisa registrados no Diretório do CNPq | Departamentos do Centro de Informação Científica e Tecnológica (CICT) |
|--|--|
| Avaliação da produção científica e tecnológica | Departamento de Estudos em Ciência e Tecnologia (DECT) |
| Comunicação e Saúde | Departamento de Comunicação em Saúde (DCS) |
| Informação em Saúde | Departamento de Informação em Saúde (DIS) |

Fonte: Diretório CNPq <http://www.cnpq.br> (acessado em julho de 2004)

Nota: Adaptado pela Autora

Neste trabalho, os relatórios serviram de objeto de análise para o reconhecimento dos componentes de representação e recuperação que são mais significativos, visando a futura construção de um sistema informacional para a literatura cinzenta científica.

Recente pesquisa acerca da gestão dos relatórios de pesquisa do CICT, elaborada por Ribeiro³⁶ (2003:59), constatou que existe a necessidade de se criar um sistema de

avaliação, do qual os relatórios fariam parte, que permita através da criação de indicadores, avaliar o “impacto da pesquisa na sociedade”.

No que tange ao CICT, no papel também de patrocinador da pesquisa para os seus Departamentos, existe registrada a necessidade de se ter informações a respeito dos projetos desenvolvidos para:

“[permitir] ao CICT desenvolver uma visão mais integrada e integradora de suas atividades.” (Ribeiro ³⁶, 2004:15)

O Departamento de Planejamento da Unidade não conta com sistema de monitoramento satisfatório desses projetos de pesquisa. Também, não toma conhecimento dos relatórios referentes a esses projetos, que têm como financiadores principais os mantenedores externos, já que essa vinculação se dá de forma independente, diretamente entre o responsável pelo projeto e a agência mantenedora.

6.1.2 – A escolha dos entrevistados

Cada pesquisador, de acordo com a natureza de sua pesquisa, deveria ter sempre atualizados os seus dados de maneira a proporcionar conhecimento dos descobrimentos e inovações, formando a memória coletiva da instituição e da comunidade científica. Isso evitaria que esforços de pesquisa fossem duplicados, podendo também desencadear novas pesquisas a partir do que já foi descoberto, permitindo ao pesquisador buscar explorá-las e aperfeiçoá-las.

Os critérios iniciais para a escolha dos pesquisadores a serem entrevistados foram: a) pertencerem a um grupo de pesquisa certificado pela instituição e registrado no Diretório do CNPq; b) estarem desenvolvendo projeto de pesquisa na Unidade.

A partir dos critérios estabelecidos foram identificados 14 pesquisadores na Unidade, distribuídos nos Departamentos de acordo com seu vínculo, conforme quadro abaixo:

Tabela 1 - Recursos Humanos do universo da pesquisa

| Recursos Humanos | 2004 |
|-------------------------|-------------|
| Assistente de Pesquisa | 1 |
| Outros vínculos | 1 |
| Pesquisador Titular | 6 |
| Tecnologista | 6 |
| Total | 14 |

Definido o total de integrantes da população sob análise, foram utilizados outros parâmetros de diferenciação dos pesquisadores, ou seja, as agências mantenedoras com as quais eles tenham projeto financiado em execução ou finalizado recentemente e a vinculação dos mesmos em grupos de pesquisa.

Tabela 2 - Projetos de Pesquisa por Grupos de Pesquisa e Agências

| GRUPOS DE PESQUISA | FIOCRUZ/CICT | CNPq | MS | FINEP | DFID |
|--|---------------------|-------------|-----------|--------------|-------------|
| Avaliação da produção científica e tecnológica | 3 | | | | |
| Comunicação e Saúde | 1 | 1 | 1 | | |
| Informação em Saúde | 2 | 3 | 1 | 1 | 1 |

Thiollent ³⁷ (2004:62) afirma que, na pesquisa qualitativa, entende-se por amostra intencional, aquela que é constituída a partir da seleção de sujeitos que, por sua experiência, conhecimento, atividades, são representativos das situações, processos, ações que constituem o domínio de indagações. Esses sujeitos deverão ter atributos que permitam um mapeamento amplo das principais variáveis incluídas nas questões da pesquisa, e também, atributos suficientes para atender as principais dimensões dessas variáveis.

Para essa amostra foi estabelecido como critério que, como mínimo desejável, a mesma incluísse ao menos um pesquisador, representando cada uma das diferentes agências que patrocinam os projetos e grupos de pesquisa. No caso de haver um pesquisador presente em projetos de mais de uma agência, foram agregados mais um ou dois outros pesquisadores do mesmo grupo.

Na busca da reconstrução do acesso e uso dos relatórios para os gestores, foram selecionados: um pertencente à Unidade e, pelo menos, um de agência de fomento que tivesse vínculo através de algum projeto de pesquisa em andamento na Unidade ou recentemente finalizado.

6.2 – INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Tendo como objeto de indagação os relatórios de pesquisa e as práticas de produção e de gestão dos mesmos, recorreu-se a entrevistas para a reconstrução dessas práticas e desenvolveu-se um esquema de leitura metainformacional dos relatórios como documentos que integram a literatura científica.

Para reconstruir as práticas e pontos de vista dos pesquisadores e gestores, foram feitas entrevistas, através de um roteiro (Anexo I). A técnica de entrevista semi-estruturada permite obter informações sobre as questões propostas pelo entrevistador, mas também permite oferecer ao entrevistado a possibilidade de inclusão de outras questões que possam ser de interesse da pesquisa.

A entrevista foi gravada, para posterior transcrição das informações. As ferramentas, utilizadas para a transcrição e apoio para a análise das informações, foram os aplicativos disponíveis no Windows (Word, Excel).

Para a análise dos relatórios de pesquisa foi utilizado um documento publicado pela Universidade Federal do Paraná ³⁷, apresentando normas para produção de documentos científicos, especificamente de relatórios. Essa escolha se deu pelo fato dessas normas serem feitas baseadas em diversas fontes, entre elas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), organismo que estabelece os padrões de normalização no Brasil.

6.2.1 – Análise de fontes documentais e consulta a bases de dados

Como primeiro passo para a realização desta pesquisa, foi apresentado em capítulo anterior o “estado da arte” acerca da literatura cinzenta, mapeando a literatura escrita sobre a mesma, mais especificamente relacionada aos relatórios de pesquisa, buscando delimitar a questão.

Buscou-se também, informações sobre a estratégia de transformação do acesso informal para o acesso formal regular, contínuo e representativo, constituindo-se como prerrogativa para se ter um serviço de informação. Esta pesquisa foi feita para proporcionar visibilidade aos conteúdos informacionais, ao papel e à circulação dos relatórios na Unidade, com base na seguinte estratégia metodológica:

- ✓ Levantamento dos relatórios de pesquisa em execução no CICT, com base no diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq;
- ✓ Levantamento de currículos por meio do Módulo Institucional dos Currículos Lattes – (FIOLATTES);
- ✓ Seleção de uma amostra de pesquisadores e relatórios pertencentes ao CICT, que fossem representativas das principais variações das práticas e características dos mesmos, a luz das questões da pesquisa;
- ✓ Análise dos relatórios elaborados no CICT;
- ✓ Mapeamento dos parâmetros dos formatos e categorias dos documentos cinzentos disponíveis em bases de dados significativas.

6.2.2 – Entrevista semi-estruturada

Foram feitas perguntas para os pesquisadores visando obter informações sobre:

- ✓ As agências para as quais os relatórios são encaminhados e as condições formais ou de conteúdo apresentadas por essas agências;
- ✓ A produção dos relatórios;
- ✓ O acesso aos relatórios em suas diversas formas;

- ✓ A importância dos relatórios para a pesquisa científica.

Para os gestores, as perguntas buscaram conhecer sobre:

- ✓ O valor dessa documentação para a agência mantenedora;
- ✓ O acesso aos relatórios de pesquisa, armazenados nas agências mantenedoras e seu uso, assim como as dificuldades encontradas para esse acesso;
- ✓ Formas de armazenamento dos relatórios.

7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

7.1 – SOBRE AS ENTREVISTAS

Os entrevistados, que nesta pesquisa são representados pelos pesquisadores e gestores, contribuíram para ratificar pontos importantes sobre os relatórios, tais como: produção, uso, disponibilização e valor dos relatórios de pesquisa. As diversas formações acadêmicas dos entrevistados proporcionaram uma multiplicidade de olhares sobre os relatórios, apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 3 - Formação Acadêmica dos Entrevistados

| Por grupo de pesquisa | Doutores | Mestres | Graduados |
|--|-----------------|----------------|------------------|
| Avaliação da Produção Científica e Tecnológica | 2 | 1 | |
| Comunicação e Saúde | 1 | 1 | |
| Informação em Saúde | 3 | 1 | 1 |
| Por área de conhecimento | | | |
| Ciências da Saúde | 2 | 2 | |
| Ciências Exatas e da Terra | 1 | | |
| Ciências Humanas | 1 | | |
| Ciências Sociais Aplicadas | 2 | 1 | |
| Engenharias | | | 1 |

A sistematização dos dados de interesse para esta pesquisa foi feita a partir de roteiros de entrevistas gravadas (Anexo I). Após a transcrição das fitas gravadas, buscou-se a identificação dos componentes relevantes para integrarem a análise dos dados.

7.1.1 – Entrevista com os pesquisadores

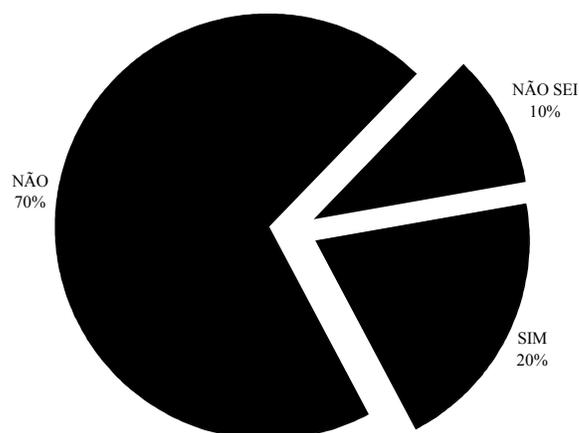
A análise das respostas dos pesquisadores foi construída a partir da estrutura do roteiro da entrevista

As respostas dos pesquisadores foram organizadas em três blocos, o primeiro dos quais reunia perguntas, abordando: a produção de relatórios para as agências, as condições de produção dos relatórios e os itens importantes dessa produção.

Quanto à **apresentação de relatórios à agência** e detalhamento sobre seus tipos, as respostas indicaram que, dos dez pesquisadores entrevistados, sete apresentaram, no período, relatórios de pesquisa tanto parciais quanto finais.

O detalhe sobre a **obrigatoriedade de apresentação de relatório de pesquisa** para a FIOCRUZ (Figura 1) não evidenciou um consenso nas respostas. Enquanto alguns consideraram ter essa obrigação, a maioria acredita não existir obrigatoriedade e um pesquisador respondeu que não sabia a respeito.

Figura 1 - Obrigatoriedade de apresentação de relatório de pesquisa



Vejamos agora algumas respostas mais relevantes com respeito à **obrigatoriedade**, ressaltando as respostas negativas, que foram enfáticas:

“Não sei porque é a minha primeira experiência.” (Entrevistado n.1)

“Não existe obrigatoriedade. O sistema de avaliação da FIOCRUZ está preso basicamente, à avaliação do seu trabalho por aqueles indicadores clássicos que a FIOCRUZ produziu e para a parte de pesquisa [destinando-se] só a trabalhos publicados.” (Entrevistado n.2)

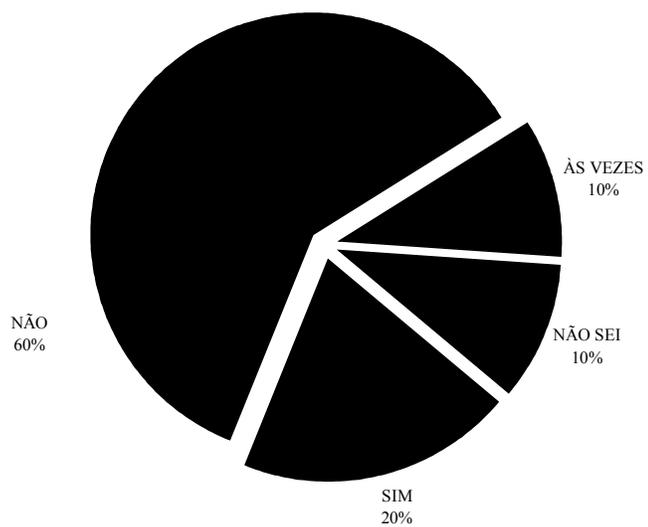
“Com a FIOCRUZ não sou obrigada. Onde apresento [relatório] é no CNPq.” (Entrevistado n.9)

“Não. Tem, na verdade, relatório de atividades. Algumas coisas acabam gerando artigos.” (Entrevistado n.10)

A existência de **demandas específicas acerca do conteúdo dos relatórios**, detalhada na primeira pergunta, mostrou que essas exigências não são estabelecidas. Procuramos saber para quem eles estariam apresentando relatórios no período de 2003 e 2004. Dos dez pesquisadores entrevistados, sete apresentaram relatórios em 2004 para o CICT e três apresentaram em 2003 para as agências DFID, MS e FINEP. Para a maioria dos entrevistados, não houve exigências quanto ao conteúdo dos relatórios de pesquisa (Figura

2).

Figura 2 - Demandas acerca do conteúdo dos relatórios



As respostas afirmativas, quanto às **demandas específicas acerca do conteúdo** desses relatórios, remeteram a condições de produção metodológicas e não a padrões das agências.

“Existem normas técnicas que estabelecem o método de produção de um relatório. Não foram normas da agência. É uma exigência metodológica que segue vários autores. De acordo com o autor que você usar, ele apresenta uma maneira de produzir relatórios.” (Entrevistado n.1)

Um pesquisador, que deu como resposta ‘às vezes’, esclarece que existem certas categorias de conteúdos solicitadas pelas agências, tanto de caráter propriamente científicas, como referentes à descrição dos aspectos do processo de pesquisa, específicos em termos de gestão.

“Os relatórios pedem uma parte de dados mais objetiva. Em que estado [está a pesquisa]. Comparar com o projeto em relação ao [seu] cronograma e gastos com recursos e uma parte mais analítica que trata de avaliar os achados da pesquisas, que conclusões podem ser aferidas até aquele momento, e, quase sempre, uma solicitação em relação a problemas que são encontrados, dificuldades e facilidades. [Em] quase todos os relatórios esses dados [são] contemplados.” (Entrevistado n.6)

Algumas respostas destacam a não formalização das demandas das agências em relação aos conteúdos dos relatórios de pesquisa.

“A FIOCRUZ não, e, acho que ninguém consulta relatórios. Os relatórios que se faz [...] são relatórios de prestação de contas financeiras” (Entrevistado n.2)

“Na verdade, tem algumas demandas dos dados [...] alguém quer um estudo histórico [...] a gente acaba trabalhando em cima das tabelas, mas não sai nada formal, [...] lá você tem um caderno de laboratório onde você anota tudo que se faz. Aqui a gente acaba não tendo e a coisa se perde mesmo. Você faz investida que, às vezes, não vai pra frente.” (Entrevistado n. 10)

Com relação aos **formatos**, não foram apontadas demandas muito rigorosas do ponto de vista formal, ainda que tenha sido admitida uma estrutura mínima, exigência essa que pode ser mais ou menos explícita. (Figura 3)

“Os financeiros têm [e] são até rígidos demais. A [agência x] também tem sistema rígido, inclusive ela exige que você tenha um consultor [de] uma empresa, alguém que avalize esse relatório.” (Entrevistado n.2)

“Em geral não. Apresentei relatório para a [agência y] [Você] assina o compromisso. Para fazer o relatório é muito da criatividade de cada um.” (Entrevistado n.3)

“Não.” (Entrevistado n.4)

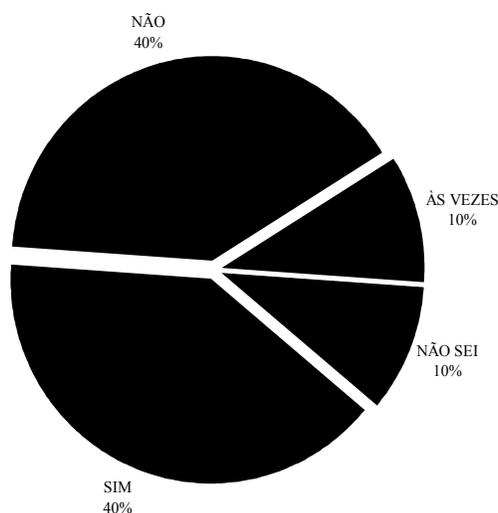
“Sim. Normalmente, quando se estabelece uma cooperação, eles também definem que tipo de tópico você tem que cobrir no relatório. Isso depende de agência para agência. Normalmente, existe uma estrutura mínima, [...] algumas agências já têm um formato pré-definido.” (Entrevistado n.5)

“Tem. Pesquisa financiada pela [agência z] tinha o formato da agência. No caso da AIDS não havia modelo. Havia apenas uma sugestão do que deveria constar”. (Entrevistado n.6)

Dentre as respostas colhidas sobre formato uma apresentou observação pertinente:

“Na verdade isso seria interessante” (Entrevistado n.10)

Figura 3 - Demandas acerca dos formatos dos relatórios



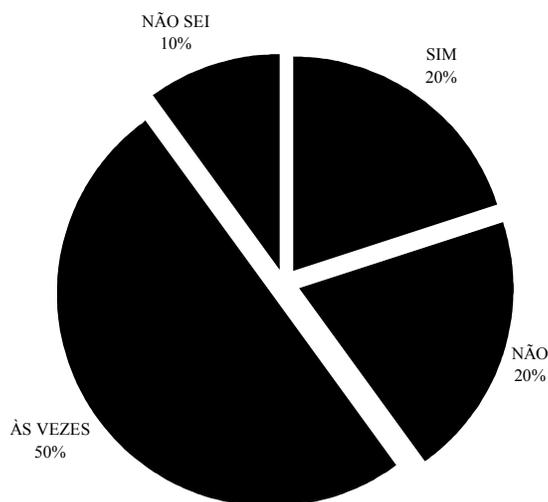
O último detalhamento da pergunta sobre produção, com respeito à **solicitação das agências acerca da divulgação dos resultados**, não apontou coincidência de respostas

entre os entrevistados: apenas cinco pesquisadores concordaram que, ao menos algumas vezes, são demandados quanto à divulgação dos resultados. (Figura 4)

“Depende da agência. [A agência] exige que você não publique os resultados. A instituição se apropria desses produtos. Em princípio é para a instituição.” (Entrevistado n.3)

“Depende. Hoje em dia, a versão mais atual é que você não deve deixar o achado sob a forma exclusiva de relatório. O relatório seria uma etapa intermediária a ser transformada em artigo. Os segredos industriais eles param no relatório. Na íntegra, normalmente não é permitido, vai gerar um conjunto de artigos em parceria com as pessoas da própria agência. O teor global não é divulgado e sim pedaços dele.” (Entrevistado n.5)

Figura 4 - Solicitação acerca da divulgação dos resultados



“Sim, Em geral é acertado no contrato de financiamento. A divulgação é ponto importantíssimo. Quando se obtém o financiamento já é condição da disseminação.” (Entrevistado n.6)

“Elas estimulam. Cada vez mais. Na área de avaliação, cada vez mais, se pede meios de divulgação, que você estimule a incorporação dos resultados pelos organismos executivos.” (Entrevistado n.9)

“Elas estão mudando um pouco. [...] eles se comprometiam em fazer uma publicação com os [...] países que participaram do projeto.” (Entrevistado n.7)

“Tem uma demanda em relação à estatística. [...] Que eu me lembre, relatório não.” (Entrevistado n.10)

As **principais condições para produção de um relatório** de pesquisa foram tema da segunda pergunta do primeiro bloco.

O primeiro detalhamento dela foi sobre as condições estabelecidas pelo financiador da pesquisa. Segundo os pesquisadores, sob o ponto de vista das agências, não existiriam condições impostas para a produção dos relatórios de pesquisa. Existiriam as condições implícitas e próprias da execução do projeto de pesquisa, considerado como cláusula única do contrato com a agência, entre o pesquisador e seus pares e os seus financiadores e patronos.

“No Brasil alguns projetos de grande porte têm comitê de avaliação durante o projeto a cada ano. [...] no final presta contas. O projeto terminou. Gastei o dinheiro dessa forma e os resultados vão ser publicados no futuro em uma revista. Não te cobram nem a publicação desse trabalho.” (Entrevistado n.2)

“Não impõe condição. A condição está implícita, que o relatório acompanhe os objetivos do projeto.” (Entrevistado n.3)

“Não. Os relatórios são feitos em cima do projeto. Quase não fazemos relatório, só o projeto.” (Entrevistado n.4)

“Colocamos [a produção do relatório] no cronograma. Na liberação de recursos. Eles esperam o relatório parcial para liberar o restante do recurso. [Eles] não dão retorno, se está bom, [se] desviou do rumo. Eles não dão retorno.” (Entrevistado n.7)

“Um compromisso que a gente tem é com a publicação das estatísticas.” (Entrevistado n.10)

O segundo subitem da segunda pergunta procurou conhecer as **condições resultantes da natureza e temática da pesquisa**. Nele prevaleceram, também, as respostas negativas, conforme demonstrado abaixo;

“Acho que eles não olham isso. Um indicador disso é que você olha a mesma pesquisa sendo financiada por vários editais.” (Entrevistado n.2)

“Não. A natureza não impõe. Claro na biologia, se você trata com animais, seres humanos tem pontos que são essenciais. Nas áreas sociais ainda não.” (Entrevistado n.3)

“Não. O estudo está pronto. Querem saber quais foram os resultados. Mas não têm uma imposição. Não impõem condição.” (Entrevistado n.4)

Como exemplos de respostas ‘às vezes’ e ‘sim’ para esse tópico, selecionamos:

“[...] vai depender exatamente do valor. Eu acho que essas exigências estão atreladas [...] ao formalismo de cada agência de fomento,[...] eu acho que deve existir uma influência pelo tipo de ciência que ela aborda, o tipo de valor, dependendo do projeto.” (Entrevistado n.1)

“Eu acho que cada tema aponta o tipo de relatório que você vai fazer. Tem alguns conteúdos que vão ser contemplados com algumas formas de análise importante de se falar, outros não.” (Entrevistado n.6)

O terceiro e último subitem da segunda pergunta abordou as **condições resultantes da instituição com a qual o pesquisador mantém sua principal vinculação**. As respostas evidenciaram que seis dos dez pesquisadores acham que a FIOCRUZ não exige condições, como exemplificado nas afirmativas abaixo:

“No caso, a FIOCRUZ não exige nada. É uma instituição mãezona, [...] Se o trabalho é publicado em revista indexada, você acredita que se publicou, passou por um comitê que avaliou e achou o trabalho bom, tudo bem.” (Entrevistado n.2)

“Não. Considerando o relatório [não há exigência]. Nem na parte da iniciação científica, [que] sempre faz o relatório. A gente sempre fez, mas, eles não impõem.” (Entrevistado n.4)

“Não. A não ser que seja financiado pela própria FIOCRUZ. Na verdade o que a instituição me cobra é que eu seja produtivo e a minha produção basicamente conta sob a forma artigo ou capítulo de livro. O relatório não é considerado produto final.” (Entrevistado n.5)

“Não. Sinto que houve sempre muito respeito em relação à posição do pesquisador e à liberdade.” (Entrevistado n.6)

O bloco sobre produção de relatórios encerra-se procurando conhecer a opinião dos **pesquisadores sobre os pontos mais importantes na descrição desses documentos** que são: objetivo, justificativa, método e resultados, sendo que o item metodologia foi o item considerado mais importante, pela maioria dos entrevistados, seguido pelo item resultados.

“Na descrição: são os resultados alcançados e a metodologia utilizada.”
(Entrevistado n.2)

“O objetivo, a metodologia e os resultados. O resultado é o mais importante.” (Entrevistado n.4)

“Mais importante é ter uma metodologia consistente e bons achados.”
(Entrevistado n.5)

“Acho os resultados que a pesquisa se propôs a chegar. Isso é uma verdade.” (Entrevistado n.8)

“A metodologia é mais importante. É onde você detalha. [É importante] discutir resultados. No relatório você tem muito mais resultados.”
(Entrevistado n.7)

A parte da produção dos relatórios que os entrevistados consideraram mais trabalhosa foi a prestação de contas, por serem questões administrativas e financeiras, não familiares a eles.

“O mais trabalhoso é a parte financeira. Porque um erro é complicado. As maiorias das pessoas que fazem isso não têm o hábito da contabilidade.”
(Entrevistado n.2)

“O mais trabalhoso é a parte administrativa e financeira.” (Entrevistado n.5)

“[O pesquisador fica] preso no detalhe da prestação de contas. É trabalhoso. É chato. Qual o pesquisador que quer ficar vendo quanto custa. É consenso do pesquisador que ele adoraria ter uma gerência de pesquisa.” (Entrevistado n.8)

O segundo bloco das entrevistas tratou da questão do **acesso aos relatórios de pesquisa**, pelo pesquisador.

A primeira pergunta foi relativa às **possíveis dificuldades de acesso**. Ficou claro que os pesquisadores têm dificuldades de acesso aos relatórios de pesquisa, como exemplificado abaixo:

“Bom, eu particularmente sei da existência deles. [...] eu andei olhando e vi projetos semelhantes em pontos muito pequenos em comum, o resto foi criado mesmo em função do objeto. [Eu] até gostaria que existissem relatórios bem disponíveis e bem divulgados para que eu pudesse consultar e me dar uma luz.” (Entrevistado n.1)

“Não acha. O único lugar que você acha alguma coisa é nos Departamentos, não por conta dos relatórios, mas sim porque eles anotam tudo no caderno do laboratório.” (Entrevistado n.2)

“Não tenho acesso a relatórios. [...] Tem muita coisa que não está nos artigos, da pesquisa, dos resultados, na diversidade e no detalhe que pode

ser aproveitado por [outras] pessoas, principalmente no nosso caso que é a avaliação da qualidade da informação. No artigo tem um limite.” (Entrevistado n.3)

“É uma guerra. Primeiro porque existem vários pesquisadores que não dão acesso. Algumas agências também não.” (Entrevistado n.5)

“Quase sempre quando vou atrás de uma bibliografia não acho relatórios de pesquisa [a ele].” (Entrevistado n.6)

“Na verdade quando eu quis algum tipo de relatório eu fui direto na pessoa que estava ligada [a ele].” (Entrevistado n.10)

Num momento posterior, interrogamos os entrevistados sobre a **busca e acesso a meios e fontes de informação**, que são heterogêneos por sua origem, linguagem e forma de representação, que dispersam os registros do conhecimento. Essa pergunta foi desdobrada em duas grandes alternativas de busca de informação:

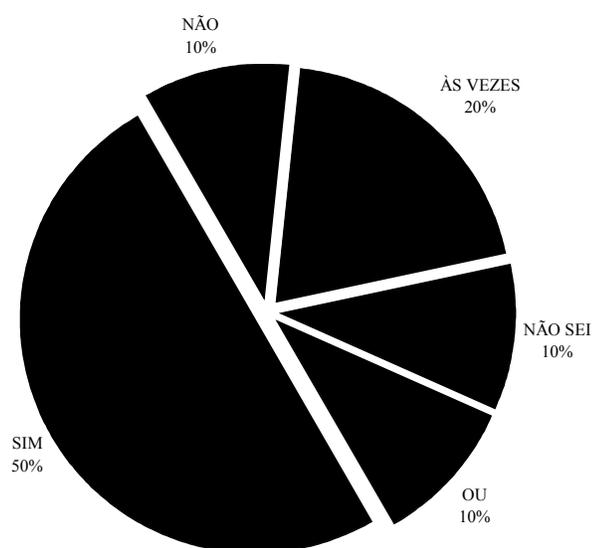
- ✓ Diferentes tipos de fontes de informação (relatórios, teses, periódicos, bases de dados de séries estatísticas, entre outros); (Figura 5)
- ✓ Pesquisa *Online* por meio de um buscador, como o *Google* ou um meta-buscador; (Figura 6)

As respostas incluíram, simultaneamente, as duas alternativas. Constatou-se que cinco pesquisadores realizam suas buscas, separadamente, por diferentes meios e bases de dados. Também recorrem em sua maioria a um buscador.

“Eu vou ser completamente sincero, eu só procuro artigos indexados, [também] já procurei teses pela exigência do CNPq e CAPES.” (Entrevistado n.5)

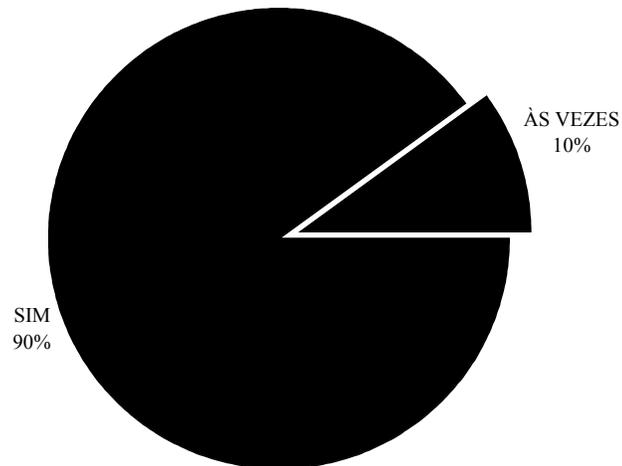
“Normalmente quando vou começar uma pesquisa, vou à Bireme e olho as bases.” (Entrevistado n.10)

Figura 5 - Acesso aos diferentes tipos de fontes de informação



Entre os entrevistados foi quase unânime a resposta afirmativa quanto ao uso do Google como forma de busca.

Figura 6 - Acesso ao Google



“ O *Google* é o pai de todas as buscas. Teses agradecem ao Google. É essencial.” (Entrevistado n.3)

“Eu uso o *Google*, Periódicos CAPES.” (Entrevistado n.5)

“De vez em quando, sim, uso o *Google*.” (Entrevistado n.6)

“É claro. Minimamente, o *Google*.” (Entrevistado n.8)

“*Google* o tempo inteiro.” (Entrevistado n.9)

A última pergunta sobre acesso buscava a opinião do pesquisador sobre **recursos para facilitar o acesso aos relatórios de pesquisa**. É interessante perceber que os entrevistados não têm uma idéia exata do destino dos relatórios de pesquisa. Alguns acreditam que o lugar adequado seria a biblioteca, com critérios estabelecidos de depósito legal ou não. Outros acham que disponibilizar texto completo ou resumos na Intranet ou Internet seria uma das formas de acesso.

“Eu acho que deveriam estar nas bases de dados das bibliotecas, dependendo da questão estratégica. Porque quando andei estudando as instituições de pesquisa no exterior para ver as linhas de pesquisa e tudo mais eu percebi que eles camuflam [a informação].” (Entrevistado n.1)

“O relatório de pesquisa da própria FIOCRUZ seria interessante colocar na intranet.” (Entrevistado n.3)

“Eu acho que só tem duas soluções; não adianta ter um bom sistema de busca, teria que ter um sistema de depósito, que poderia estar ligado ao Portal CAPES ou pelo menos às agências públicas brasileira de financiamento.” (Entrevistado n.5)

“Não conheço todos os mecanismos que já existem. Na biblioteca tem um setor com relatórios. Ou não? Como eu disse para você, os projetos sempre colocam a obrigação de disseminação, mas, você é quem estabelece a estratégia de disseminação.” (Entrevistado n.6)

Finalizando, o último bloco das entrevistas com os pesquisadores visou conhecer **a importância dos relatórios de pesquisa.**

Para melhor entendermos essa questão: primeiro perguntamos sobre **o uso de relatórios de pesquisa de outros pesquisadores.** Constatou-se que seis dos dez entrevistados os utilizam, mas que encontram bastantes dificuldades em conseguir tais relatórios. Os mesmos são conseguidos através do contato informal.

“Tentei, mas não achei, se tivesse eu usaria principalmente a parte da metodologia, o que não deu certo; seria muito interessante.” (Entrevistado n.1)

“Sim, fornecido pelo próprio pesquisador.” (Entrevistado n.3)

“Uso. Tem o problema do acesso que é difícil, mas usamos dos pesquisadores [com] quem temos contato. Usamos para colocar uma base, pegar algumas informações.” (Entrevistado n.4)

”Já, como literatura. Alguns são vivos, apaixonantes tem toda uma coisa ali pulsando. Esses são os melhores.” (Entrevistado n.6)

“Uso, eles cederam. É uma coisa pessoal.” (Entrevistado n.7)

As respostas à segunda pergunta desse bloco sobre o que **consideram importante encontrar em um relatório e que não é encontrado em outro tipo de publicação,** demonstraram que os entrevistados, nomeando de diversas formas, apontaram o método como o registro mais importante do seu conteúdo quando colocado de forma detalhada no relatório, seguido pelo registro do que não deu certo na pesquisa.

“Tem o que geralmente não sai publicado: [...] bases que usa, o material, a descrição. Isso geralmente não aparece no artigo.” (Entrevistado n.4)

“O que está por trás da montagem daquele projeto. Na publicação desaparece. O que não deu certo é um problema complicado hoje em dia. O que acontece é que as pessoas ao não dar certo nunca publicam.” (Entrevistado n.5)

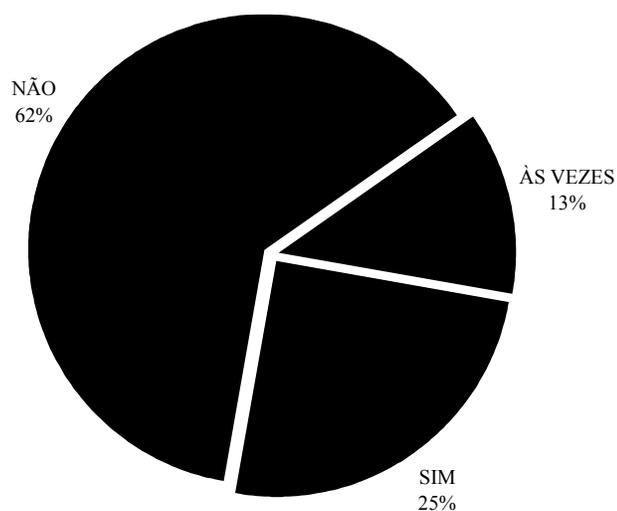
“O método, o relato do processo, quando descreve adequadamente o momento e quando ele avalia esse método.” (Entrevistado n.6)

“Detalhes da metodologia. Quando vai para o artigo vai muito resumido.” (Entrevistado n.7)

“O detalhamento das análises que a pessoa fez. O atrás dos bastidores da pesquisa. O que aconteceu de certo e errado. Num artigo você está limitado.” (Entrevistado n.10)

Na terceira indagação desse bloco, sobre **critérios das agências acerca da divulgação dos relatórios de pesquisa**. (Figura 7), percebeu-se que, na sua maioria, as agências não estabelecem critérios sobre a divulgação. Para algumas agências, os relatórios podem ser publicados com a sua concordância. Outras agências querem publicar a pesquisa que ela financiou, mas para a maioria, não existem condições impostas quanto à divulgação dos resultados. Em alguns casos, as agências estabelecem o limite por conta de dados considerados sigilosos.

Figura 7 - Critérios das agências acerca da divulgação dos resultados



“Não. Os relatórios do [agência x] na Internet. Ele vai dizer o que gastou, quantos projetos financiou, quantas bolsas ele deu. Vai ser um relatório de números. Ele vai falar quantas maravilhas que ele fez e quanto gastou. Mas ele não vai dar resultado de nada.” (Entrevistado n.2)

“Você só pode publicar em consonância com a agência. Você tem que ter algo por escrito. Acontece com quase todos os financiadores externos. Tem também uma coisa que, em português, eu não sei se existe a tradução, *disclaimer*, você é obrigado a dizer que a opinião expressa no relatório não traduz necessariamente a opinião da agência financiadora.” (Entrevistado n.5)

“Não. As restrições foram mais da ordem de autocensura.” (Entrevistado n.6)

“Não. A OPS faz questão. A FINEP não faz. Nada. Fica tudo na prateleira até hoje.” (Entrevistado n.7)

“Não. Em geral buscam assegurar o direito da agência de divulgar os resultados.” [...] Aí tem grandes variações: nós juntos, nós com elas, nós sem ela. (Entrevistado n.8)

“Nunca tive. Acho que depende. Se é [...] uma pesquisa voltada para o Ministério da Saúde, o produto específico vai ser usado pelo Ministério, [então] não é sua propriedade. [...] está implícito pelo tipo de contrato, tem que ser negociado o que pode ser divulgado.” (Entrevistado n.9)

A última pergunta do bloco sobre o valor dos relatórios tem relação com a **visão do CICT sobre os relatórios**. Todos os pesquisadores mostraram 100% de expectativa quanto à gestão dos projetos de pesquisa pelo CICT de maneira a proporcionar um bom uso dos relatórios de pesquisa.

“Acho importante, isso é gerencial. É um instrumento facilitador de futuras pesquisas.” (Entrevistado n.1)

“Deveria. Para a Unidade se preocupar com isso tem que ter gente pensando nisso; para que se quer o relatório; para depositar e formar um banco, para ter simplesmente. Saber o que vai fazer.” (Entrevistado n.2)

“Acho que sim [...] seria um projeto que estaria facilmente na linha da instituição. Com o meu relatório o que quero que aconteça é que [ele] seja aprovado. Mas depois, quero que aconteça [...] é que a gente procure divulgar resultados, colocar na página [da Unidade].” (Entrevistado n.3)

“Eu espero que [o CICT] se preocupe sim. Pelo menos, os que eles estão investindo. Dando suporte. Espero que venham até a gente, peçam os relatórios peçam resultados. Divulgue nem que seja na página do CICT.” (Entrevistado n.4)

“A minha opinião pessoal é que em relação ao que está sendo fomentado pela própria FIOCRUZ, seja pela Unidade ou não, deveria ser tudo

registrado. Em relação às agências eu acho que estamos muito longe de definir as regras pactuadas entre a FIOCRUZ e as agências. Muito mal regulado. Não pelo CICT, mas pela FIOCRUZ como um todo.” (Entrevistado n.5)

“Eu percebo que tem um investimento muito sério nessa área de pesquisa [...] que a coisa seja [a mais] perfeita possível. É um processo que está em construção.” (Entrevistado n.6)

“Eu espero. Eu acho que sim. Aqui isso é recente. Tem que se fazer seminários discutir os relatórios. [...] No CICT, o que se publicava antes era muito restrito, nem a FIOCRUZ sabia que tinha.” (Entrevistado n.7)

“Está se preocupando. Isso é uma realidade. Preocupação de discussão de iniciativa. Ela não tem ainda o produto. Seja pela própria dissertação do Antonio. Seja pela própria criação desse espaço de pesquisa. Com assessoria de pesquisa que visa dar essa base de operação à pesquisa. Não só uma base de operação da pesquisa para o pesquisador, embora tenha esse aspecto também. Uma assessoria qualificada para o pesquisador que o desonere [do] que não é o foco para a pesquisa. Mas também que dê para a gestão da Unidade as informações e elementos que ela precisa para decidir estrategicamente em relação à pesquisa. Ilustrar, saber não só quantitativamente, mas ter um banco das pesquisas.” (Entrevistado n.8)

“Que eles registrem os produtos das pesquisas. [...] À medida que uma produção está formalizada no Lattes. Ela tem que existir concretamente seja em relatório seja em programa computacional ou outra forma.” (Entrevistado n.9)

“Eu não sei se a Direção está pensando nisso. Mas seria interessante pelos menos com os projetos fomentados pela Unidade.” (Entrevistado n.10)

7.1.2 – Entrevista com os gestores

As entrevistas com os gestores tiveram o seu roteiro organizado em dois blocos: primeiro referente às normas de produção e o segundo quanto à guarda dos relatórios de pesquisa.

O primeiro bloco, abordando as **normas de produção**, incluiu cinco perguntas.

Como resposta à primeira pergunta desse bloco, os gestores concordaram com os pesquisadores, ao afirmar que as **agências não disponibilizam normas de produção**. Um dos gestores desconhecia o comportamento das agências quanto a esta questão.

Com respeito ao **formato**, tema da segunda pergunta, a resposta foi unânime (100%). Todos responderam que os formatos não mudam, como exemplificado abaixo:

“Acredito que não. Não tenho conhecimento se todas as agências, que têm editais, têm formato único.” (Entrevistado n.1)

“A idéia é lançar uma padronização para os projetos financiados pela Unidade e respeitar. Tomar conhecimento do que as agências de fomento solicitam. A gente teria uma padronização da Unidade e [quanto] às demais se respeitaria as normas estabelecidas por cada agência de fomento.” (Entrevistado n.2)

“A produção é descritiva, mas tem uma metodologia específica”. (Entrevistado n.3)

A terceira e quarta perguntas dizem respeito à **acessibilidade das normas**. Dois entrevistados responderam que as mesmas teriam que estar disponíveis, ao alcance de todos. Um entrevistado não tinha muito conhecimento a respeito. Nenhum dos três entrevistados soube precisar por quanto tempo essa disponibilização ocorreria. Dois entrevistados consideraram que o acesso às normas não deveria ser restrito, não sabendo, no entanto, que grau de expansão seria adequado para o acesso.

“Eu tenho pensado no [acesso] restrito para o pessoal de fora. Agora, não sei se alguns projetos que sejam mais relevantes para a Unidade, que tenham tido uma repercussão, acho que têm que ser colocados, na página da Unidade.” (Entrevistado n.1)

“A idéia é essa: colocar no *site* do CICT por linhas de pesquisa.” (Entrevistado n.2)

Fechando o bloco de produção dos relatórios, os gestores ao serem interrogados sobre a **importância dos relatórios** parciais e finais, apresentaram o seguinte: dois entrevistados responderam que todos os relatórios são importantes; um entrevistado respondeu que, dependendo do tipo de pesquisa, os relatórios parciais são muito mais válidos.

“Todo tipo de relatório é importante [...] por conta da avaliação [e] acompanhamento do projeto [...] são os relatórios parciais. E o final, mais ainda. Tem que ter mesmo. A comunidade tem que conhecer.” (Entrevistado n.1)

“Toda pesquisa deve ter um relatório parcial. Eu sou uma das pessoas que advogo a idéia de que é importante o relatório parcial. [...] Sempre acho muito mais válidos os relatórios parciais, dependendo do tipo de pesquisa.” (Entrevistado n.2)

O segundo bloco das entrevistas para os gestores versou sobre a **guarda do relatório de pesquisa**

Detalhando essa questão, foi colocada a primeira pergunta acerca da guarda e armazenagem dos relatórios. Todos os entrevistados responderam afirmativamente a ela. Ressaltaram que, em alguns casos, a guarda é sob a forma impressa e em outros sob a forma de microfilme. Quanto ao tempo de guarda, as respostas foram variadas.

“Ficar guardado para ter o registro histórico desses relatórios. [...] Não tenho idéia do tempo. Temos que fazer um estudo.” (Entrevistado n.1)

“Acho que cada pesquisador está com o seu relatório. A gente não tem acesso. Não é por questão de disponibilidade, nem que o pesquisador não queira dar acesso. É uma questão de organização [...] eu não sei como é o porte com a questão do suporte de informática se teria como manter todos em PDF ou colocar os atuais e deixar os *links*.” (Entrevistado n.2)

“Todos os projetos financiados [...] depois de encerrados e a prestação de contas feita com relatório final elaborado e entregue na forma impressa, e o termo de encerramento assinado, os relatórios são microfilmados e os microfilmes armazenados no arquivo. À parte impressa é descartada. [...] Os projetos em execução são considerados vivos ou correntes e ficam no arquivo ou podem estar emprestados para a área técnica.” (Entrevistado n.3)

Sobre a **disponibilização dos relatórios**: dois entrevistados responderam que os relatórios são disponibilizados para consulta, sendo que um deles acha que a disponibilização só pode ser para o grupo de pesquisa e para as pessoas que estão fazendo o monitoramento, enquanto o outro tem idéia diferente, como veremos abaixo:

“Acho que, a partir do momento [em] que você produz um trabalho, você não pode ficar com muito cuidado na questão de divulgar a idéia em si. Quem trabalhou? Quem fez a formulação teórica? Isso é comum a todos. Você pode pegar vários livros, condensar as idéias de cada pesquisador. Agora o conceitual que você traz num artigo é diferenciado [do relatório]. [...] Eu não vejo porque não disponibilizar. Sou a favor da disponibilização da informação sempre. Mesmo que essa informação possa ser mal usada. Não temos como interferir nisso.” (Entrevistado n.2)

Um entrevistado respondeu que o relatório não está disponível para o público externo, por conta de cláusula do contrato. A disponibilização só ocorre se o relatório for de domínio público, podendo estar na biblioteca da agência. No entanto, essa disponibilização só é válida se o relatório for formalmente publicado.

A terceira pergunta desse bloco é sobre o **valor do relatório de pesquisa** para a agência mantenedora. Todos os entrevistados atribuíram um valor ao relatório como forma de integração. Alguns ressaltaram o relatório como um componente importante da memória institucional:

“É importantíssimo para o CICT e para a instituição como um todo. [...] Vejo isso como uma parte integradora da Unidade com os grupos de pesquisa. [...] Quando essas informações estão acessíveis a essa gerência de projeto, é fácil começar a discutir.” (Entrevistado n.1)

“Acho que é um retrato porque ele é estático, pode vir a caracterizar uma coisa momentânea, mas que é fruto de um trabalho de anos. [...] estou falando metaforicamente.” (Entrevistado n.2)

“Deveria ser o retrato dos resultados. Não sei qual é o trabalho que o planejamento faz em cima disso, porém é um componente importante da memória.” (Entrevistado n.3)

Encerrando o último bloco de entrevistas com os gestores, procuramos saber **o uso que a agência faz desses relatórios**. As respostas levaram os próprios entrevistados a reconhecer que ignoram o uso dos relatórios de pesquisa por parte das agências, despertando-lhes curiosidade e questionando a falta de um *feedback* aos pesquisadores, produtores dos relatórios.

“Na forma gerencial. Como uma fonte de integração. Informações para outro pesquisador. [...] se um determinado projeto cometeu alguns equívocos acho que isso pode facilitar o pesquisador para não cometer os mesmos equívocos. Aqui [...] não temos um sistema de acompanhamento e avaliação.” (Entrevistado n.1)

“O que observo é que o relatório é uma prestação de contas. [...] Quando uma agência de fomento exige um relatório, ela quer saber a destinação da verba empregada na pesquisa. [...] Determinadas agências de fomento dão prioridade ao perfil de pesquisador que já tem vínculo com a agência. Acho que é um indicador. [...] A agência quer que o pesquisador dela tenha uma projeção. Se você não consegue se projetar como pesquisador não sei se é interessante te financiar.” (Entrevistado n.2)

“Quanto ao uso, não sei a respeito. Agora, essa gestão tem se preocupado com a divulgação dos resultados. [...] O setor de planejamento, não sei, talvez tenham estatísticas, porém, a área é nova.” (Entrevistado n.3)

7.2 – SOBRE A ANÁLISE DOS RELATÓRIOS

Foi feita uma análise documental e informacional dos relatórios de pesquisa quanto:

- ✓ ao conteúdo: (temas);
- ✓ ao tipo de relatório: (formulário pré-estabelecidos, se os relatórios são parciais ou finais).
- ✓ à estrutura: (divisão das partes centrais, ou seja, introdução, a problemática, o método e a conclusão);

Sete relatórios compunham o conjunto analisado, visando estabelecer critérios temáticos e não temáticos de representação, conforme quadro abaixo:

Quadro 6 - Conjunto dos relatórios analisados

| Projetos de Pesquisa | Agência | Relatório |
|--|----------------|------------------|
| Ensino e Pesquisa da Fiocruz: produtores científicos | CICT | relatório 1 |
| Avaliação do resultado do cuidado e da equidade na cirurgia de revascularização do miocárdio no Sistema Único de Saúde | CICT | relatório 2 |
| Desenvolvimento de indicadores para um sistema de gerenciamento de informações sobre saneamento, água e agravos à saúde relacionados | CICT | relatório 3 |
| Avaliação da qualidade, cobertura e disponibilidade das variáveis sociais nos bancos de dados de interesse para a área de saúde | CICT | relatório 4 |
| Desenvolvimento de metodologia de avaliação do desempenho do sistema de saúde brasileiro (PRO-ADESS) | FINEP | relatório 5 |
| The HIV/AIDS epidemic in Brazil and the impact of the Brazilian antiretroviral therapy delivery program | DFID | relatório 6 |
| Promoção da saúde e prevenção do HIV/Aids no Município do Rio de Janeiro | MS | relatório 7 |

Fonte: A autora

Foi selecionada a tabela de áreas utilizadas na Plataforma Lattes para identificar as categorias temáticas dos relatórios analisados por projeto de pesquisa, conforme quadro abaixo:

Quadro 7 - Categorias temáticas segundo CNPq

| Relatório | Área predominante | Linha de Pesquisa | Grupo de Pesquisa |
|------------------|---|---|--|
| relatório 1 | Ciências Sociais Aplicadas Ciência da Informação | Avaliação da produção científica e tecnológica na Fiocruz | Avaliação da produção científica e tecnológica |
| relatório 2 | Ciências da Saúde Saúde Coletiva | Avaliação de desempenho de sistemas de saúde | Informação em Saúde |
| relatório 3 | Ciências da Saúde Saúde Coletiva | Análise e disseminação de sistemas de informação | Informação em Saúde |
| relatório 4 | Ciências da Saúde Saúde Coletiva | Análise e disseminação de sistemas de informação | Informação em Saúde |
| relatório 5 | Ciências da Saúde Saúde Coletiva | Avaliação de desempenho de sistemas de saúde | Informação em Saúde |
| relatório 6 | Ciências da Saúde Saúde Coletiva | Epidemiologia da Aids | Informação em Saúde |
| relatório 7 | Ciências da Saúde Ciências Sociais Aplicadas | Comunicação saúde e mídia | Comunicação e Saúde |

Fonte: A autora

A análise dos tipos de relatório constatou que quatro deles eram relatórios parciais, sendo que três foram apresentados no ano de 2004 e um em 2003. Dos três relatórios finais, um foi apresentado em 2004 e dois em 2003. Constatou-se, também, que um relatório final transformou-se numa publicação e outro relatório final foi disponibilizado na página da Unidade (CICT).

Quadro 8 - Demonstrativo dos relatórios analisados

| Tipo de relatório | relatório 1 | relatório 2 | relatório 3 | relatório 4 | relatório 5 | relatório 6 | relatório 7 |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| parcial | sim | sim | | sim | | sim | |
| final | | | sim | | sim | | sim |
| publicado | não | não | não | não | não | não | sim |
| disponibilizado | não | não | não | não | sim | não | sim |
| ano | 2004 | 2004 | 2004 | 2004 | 2003 | 2003 | 2003 |
| total de páginas | 7 | 2 | 32 | 7 | 258 | 85 | 92 |

Fonte: A autora

A análise da estrutura dos relatórios teve como base um documento de apoio, publicado pela Universidade Federal do Paraná. Essa referência foi mencionada no item instrumentos de pesquisa, apresentando as normas sobre a divisão da estrutura entre os elementos pré-textuais, textuais, pós-textuais e externos. Entre os elementos citados no documento da UFPR, foram escolhidos e nomeados, conforme quadro abaixo, os que a nossa experiência profissional apontou como sendo os mais úteis para dar visibilidade à estrutura do relatório.

Quadro 9 - Elementos estruturais do documento

| Elementos pré-textuais | Elementos textuais |
|--|--|
| -folha de rosto -equipe técnica -apresentação -prefácio -sumário -listas -resumo | -introdução -desenvolvimento -resultados |
| Elementos pós-textuais | Elementos externos |
| -glossário -referências -apêndices -anexos -índice | -capa -formulário |

Fonte: A autora

Quanto à estrutura dos relatórios, dos sete documentos analisados a maioria deles não apresentou os elementos pré-textuais estabelecidos conforme o Quadro 9, com exceção

dos dados da equipe técnica. Os elementos ‘prefácio’ e ‘listas’ não constam de nenhum dos relatórios.

Nos relatórios analisados constam alguns elementos pré-textuais tais como ‘folha de rosto’ presente em três dos sete documentos, e os elementos ‘apresentação’ e ‘resumo’ presentes em apenas um documento. Somente dois documentos continham ‘sumário’.

Denota-se que não existe condição estabelecida pelo financiador da pesquisa quanto à estrutura e formato para a produção dos relatórios de pesquisa.

O elemento ‘desenvolvimento’ caracterizado como textual, está presente em todos os documentos. Os outros elementos tais como, ‘introdução’ e ‘resultados’ estão presentes em ‘cinco’ e ‘seis’ respectivamente dos sete documentos analisados.

Os elementos caracterizados como pós-textuais - o ‘glossário’, ‘apêndices’ e ‘índice’ - não constam dos documentos analisados. As ‘referências’ e ‘anexos’ constam em somente três dos sete documentos.

Não existe uma preocupação no processo de produção dos relatórios de pesquisa quanto aos elementos acima citados, haja vista, que somente um documento possui capa. Acreditamos que isso ocorreu pelo fato do relatório ter sido feito em formato para ser publicado formalmente. Nenhum dos relatórios analisados foi produzido em formulário estruturado.

Quanto ao formato estabelecido pelas agências, foi identificado que algumas delas disponibilizam formulários para a prestação de contas. Alguns formulários foram identificados no *site* das agências e utilizados para análise, conforme quadro abaixo:

Quadro 10 - Formulários das Agências

| Formulário | Agência |
|---|----------------|
| Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa | CNPq |
| Projetos Temáticos | FAPERJ |
| Relatório de Execução | FINEP |
| Relatórios Científicos Anuais | FAPESP |

Fontes: CNPq - <http://www.cnpq.br>; FAPERJ - <http://www.faperj.br>; FINEP - <http://www.finep.gov.br>; FAPESP - <http://www.fapesp.br> (acessado em 28 out. 2004)

Nota: Adaptado pela Autora

O CICT, enquanto agente de fomento, não possui formulários para prestação de contas. Constatamos que, para os outros quatro financiadores da pesquisa analisados, a apresentação de relatórios científicos parciais constitui uma condição para a liberação de recursos. Os relatórios finais representam o encerramento do convênio firmado e a regularização da situação do responsável pela pesquisa perante a agência.

As agências têm, como exigência para a produção dos relatórios de pesquisa, a descrição do desenvolvimento do projeto e dos resultados alcançados, sejam eles parciais ou finais.

7.3 – SOBRE A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA E NÃO-TEMÁTICA DOS RELATÓRIOS

Para dar acesso a inscrições do conhecimento produzido e a seu registro em bases de dados referenciais, se faz necessário utilizar instrumentos que representem essas inscrições

de maneira sumarizada e significativa de modo a permitir a recuperação seletiva e direcionada, conforme a pergunta de um usuário.

Essas representações instrumentais, geradas pelos serviços de recuperação da informação, contêm componentes temáticos elaborados por meio de linguagem de indexação e classificação, e componentes não temáticos, referentes à autoria e localização do item em questão.

Para a representação dos relatórios, os componentes de indexação, resumo e classificação são o que denominamos de valores possíveis a serem dados, de forma controlada, a elementos ou atributos de metadados. Esses componentes podem ser utilizados de forma obrigatória ou facultativa para a organização das fontes.

Algumas fontes de dados, que possuem inscrição documentária dos relatórios de pesquisa, foram identificadas para este estudo. Foi tomada como exemplo a nomenclatura utilizada para registrar e classificar os documentos na base de dados LILACS. Para facilitar a compreensão sobre os tipos de documentos tratados por essa base, foi estabelecida pela autora a divisão entre literatura convencional e não convencional, conforme quadro abaixo:

Quadro 11 - Divisão utilizada na Base LILACS

| Literatura convencional | |
|--|--------------|
| Documento: | Sigla |
| -publicado em uma monografia | M |
| -de conferência em uma monografia | MC |
| -de projeto e conferência em uma monografia | MCP |
| -de projeto em uma monografia | MP |
| -publicado em uma série monográfica | MS |
| -de conferência em uma série monográfica | MSC |
| -de projeto em uma série monográfica | MSP |
| -documento publicado em uma série periódica | S |
| -documento de conferência em uma serie periódica | SC |
| -documento de projeto e conferência em uma série periódica | SCP |
| -documento de projeto em uma série periódica | SP |
| -Tese pertencente a uma série monográfica | TS |
| Literatura não convencional | |
| -documento não convencional | N |
| -documento de conferência em forma não convencional | NC |
| -documento de projeto em forma não convencional | NP |
| -Tese | T |

Fonte: Bireme - <http://www.bireme.br> (acessado em 05/out. 2004)

Nota: Adaptado pela Autora

O objeto deste trabalho está inserido na literatura não convencional, ou seja, o relatório de pesquisa que se encontra classificado como **literatura cinzenta**. A partir do uso dessa nomenclatura ‘por tipo de literatura e relatório’ como estratégia de busca, foram localizados 24 registros de relatórios, na base LILACS da Bireme ³⁸ (<http://www.bireme.br>), acessada em 03 de dezembro de 2004 (Anexo 2). Entre os relatórios encontrados nessa base, apenas um único relatório foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa da FIOCRUZ. Esse relatório refere-se a um projeto financiado pelo CNPq, intitulado ‘Desenvolvimento de uma metodologia de planejamento estratégico adequado a níveis de complexidade intermediária’. Essa publicação, localizada na Biblioteca da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, consta como um documento formalmente publicado e disponível para consulta. Esse exemplo é um dos poucos relativos a um relatório de pesquisa transformado em publicação semiformal, sendo por isso registrado na base. Por ser a base LILACS, entre as bases consultadas a única que

utilizou o campo ‘resumo’ surge à dúvida, se o descrito no campo resumo é uma transcrição própria do relatório ou se foi elaborado pelo documentalista. No caso do documento citado acima foi constatado que o mesmo não possui resumo em sua estrutura.

Outra base de dados acessada foi a da Divisão de Informação e Prospecção Tecnológicas (DINT), do Instituto Nacional de Tecnologia (INT) ³⁹ (<http://sysbibli.int.gov.br/>) acessada em 30 de setembro de 2004 (Anexo 2), na qual inscrições documentárias são registradas e disponibilizadas, utilizando o arranjo por suportes (*sic*), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 12 - Divisão utilizada na Base DINT

| Literatura convencional | |
|------------------------------------|---------------|
| Suporte | Siglas |
| Monografias | MON |
| Livro | LIV |
| Manual | MAN |
| Normas Técnicas | NTC |
| Parte de livro | PLV |
| Literatura não convencional | |
| Apostilas | APO |
| Eventos | EVE |
| Parte de eventos | PEV |
| Relatório de viagem | RVG |
| Relatório técnico | RTC |
| Trabalho de aluno | TRA |
| Teses | TES |

Fonte: INT - <http://sysbibli.int.gov.br/> (acessado em 30/set. 2004)

Nota: Adaptado pela Autora

Para averiguar os pressupostos desta pesquisa, foi selecionado a partir da barra de navegação ‘Consulta avançada – perfil do acervo’, o suporte (*sic*) ‘relatório técnico’ que, segundo as definições e classificações expostas anteriormente nesta dissertação, é o que mais se aproxima do conceito básico de relatório, empregado neste estudo. Não foram necessárias estratégias de busca para acessar esse tipo de documento, uma vez que existe

uma página própria para ele mencionada acima. Foram identificados, quando do acesso, 1.014 títulos de relatórios.

Na base de dados da Divisão de Informação e Prospecção Tecnológicas (DINT), os relatórios são apresentados por meio de inscrição documentária, com registro referente à disponibilidade de exemplar, porém sem o campo de localização. No exemplo nomeado, a localização está registrada no campo ‘Notas’ seguida pelo código do projeto. Um outro fato que vale ser ressaltado é que, quando existe categorização de “sigiloso”, os dados do registro não ficam disponíveis na base.

Na análise da constituição dos campos da base DINT, observou-se que ela é do tipo referencial e apresenta os campos básicos, (autor, título e data), também existentes nas demais bases pesquisadas.

Em mais duas bases pesquisadas, observou-se que não existe um tratamento diferenciado para o registro dos relatórios. Na base Suprir do Centro de Informações Nucleares (CIN) da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) ⁴⁰ (<http://cin.cnen.gov.br/catalogos/busca/>) acessada em 06 de dezembro de 2004 (Anexo 2), existem divisões por tipos de material tais como: anais, normas, relatórios. Na divisão sobre relatórios, há vários documentos registrados por meio de campos básicos: número de registro, título, número do relatório, autor, data e localização. A recuperação dos documentos é feita através de busca, a partir do sistema Suprir Net.

Na base Acervos *Online* da FIOCRUZ ⁴¹ (<http://www.fiocruz.br>), foram localizados 61 registros através da estratégia de busca pelo assunto “relatórios técnicos”. Dos registros recuperados constatou-se que todos os registrados são, formalmente, publicados pelas seguintes instituições:

- ✓ 52 da Organização Mundial de Saúde (OMS);
- ✓ 6 da *Food and Agriculture Organization* (FAO) e da *World Health Organization* (WHO) e
- ✓ 3 considerados ‘obra rara’.

Os relatórios da OMS fazem parte de uma série intitulada *OMS. Série de Rapports techniques*.

Quanto às bases referenciais escolhidas para o estudo, observamos que existem critérios diferenciados para as nomeações dos campos destinados ao registro desse tipo de literatura, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro B- Modelos de bases referenciais

| CAMPOS | LILACS | DINT | SUHR | ACERVO ONLINE |
|-----------------------------|---------------|-------------|-------------|----------------------|
| Código/Identificação | | | | |
| Tipo | | | | |
| Número de entrada | | | | |
| Número de relatório | | | | |
| Ator | | | | |
| Título | | | | |
| Instituição | | | | |
| Idioma | | | | |
| Projeto/ Núcleo | | | | |
| Resumo | | | | |
| Assunto | | | | |
| Localização | | | | |

Fonte: Autora

| Legenda | |
|----------------|-----|
| | |
| sim | não |

Dentre os modelos analisados com base na literatura existente, observamos que, na base *Acervos Online*, não aparecem alguns campos, considerados básicos para registro de relatórios tais como: número do relatório, nome e código do projeto e fonte. Cabe explicar que a base de dados DINT usou a nomeação de campo ‘fonte’ para registrar onde o projeto foi apresentado e a base de dados LILACS utilizou a mesma nomeação para registrar os

dados de imprensa (que são os de local de editoração, editora e a data de edição) e dados que seriam do campo de notas (informações sobre a paginação e indicação de ilustrações).

Tendo em vista tudo que foi exposto neste trabalho, algumas mudanças devem ser observadas dentro da unidade CICT no sentido de mostrar, aos gestores e responsáveis pela gestão desse tipo de literatura, a importância de se definir e estabelecer procedimentos metodológicos para melhor representar e possibilitar a expansão do acesso a esse tipo de material.

7.4 – A PROPOSTA

Os procedimentos metodológicos, propostos por este trabalho, para registro dos relatórios de pesquisa pretendem interferir nas formas de produção, de representação e acesso aos relatórios de pesquisa.

No que diz respeito à produção dos relatórios, sugerimos a observação de critérios para uma padronização e de inserção de elementos mínimos em sua estrutura, tomando como parâmetro documentos normativos.

Hoje, os relatórios de pesquisa, produzidos e acumulados de forma individual, possuem relevada importância como registro da memória da instituição. Em vista disso, algumas ações devem ser implementadas no sentido de modificar o estado atual de registro e acesso desses documentos, tendo como ponto de partida a questão da representação.

Neste trabalho, o uso de metadado está sendo considerado para a representação dos relatórios de pesquisa como uma informação estruturada, que resume e enriquece o objeto que se quer representar. A palavra metadados foi utilizada pela primeira vez, em 1960, por Jack Myers ⁴² para nomear dados que descreviam os registros convencionais. O catálogo de fichas catalográficas das bibliotecas passou a ser sintetizado em um conjunto de metadados, ou seja, cada ficha transformou-se em um metadado, que descreve os elementos de um documento de maneira “*eficiente e inteligente*”.

Como uma forma de descrever as informações dos relatórios, esta pesquisa propõe dois tipos de metadados:

- ✓ os descritivos, utilizados para a recuperação e identificação dos relatórios;
- ✓ os de gestão, utilizados na organização e validação dos relatórios.

Nesse sentido, os metadados cumprem a sua função de proporcionar um controle físico e intelectual para os relatórios, facilitando, em diferentes contextos, a ampliação do acesso a eles.

A representação da informação auxiliará a criação de base de dados referencial, ou seja, com inscrições documentárias dos referidos relatórios, constantemente atualizadas.

Tratando os relatórios como documentos produzidos e identificados, este trabalho propõe a criação de uma estrutura de base, utilizando o formato Marc21 gerenciado pela *Library of Congress* ⁴³ dos Estados Unidos, que oferece todos os tipos de campos para o registro desse tipo de documento. A adoção desse formato, padrão internacional (ISO 2079), que é também um elemento de metadados para a descrição de fontes de informação de forma normalizada, permitirá utilizar o *software Aleph* disponível nas bibliotecas do CICT, não acarretando nenhum ônus a mais pelo seu uso.

Esse formato possibilitará, também, uma recuperação eficaz e em conformidade com o protocolo Z39.50, da *American National Standards Institute* ⁴⁴, que é um padrão internacional de recuperação da informação baseado na estrutura de cliente – servidor, facilitando a conexão entre sistemas de informação. Esse protocolo foi desenhado para permitir pesquisa e recuperação de informação. O uso desse protocolo promoverá o intercâmbio das informações registradas, com caráter universal, incluindo geração da base de dados de forma virtual. Dessa forma, a recuperação dos registros de relatórios poderá ser feita pela Intranet ou pela Internet.

A inserção de relatórios, na base *Acervos Online*, poderá agregar campos que possibilitem descrever:

- ✓ o número de identificação e nome do projeto que gerou o relatório;
- ✓ a agência patrocinadora e a instituição de vinculação do originador do relatório;
- ✓ o tipo de relatório;
- ✓ o grupo e linha de pesquisa, certificada na FIOCRUZ, em que o projeto está alocado

Para o acesso ágil aos relatórios, poderão se empregados campos com os tipos de pesquisa e o elemento de ligação eletrônica, para disponibilização dos relatórios na íntegra ou de seu resumo.

Consideramos, enfim, que a disponibilização e acesso dos relatórios, ampliados pelo controle bibliográfico e a representação temática e não temática dos mesmos, é uma possibilidade viável nos atuais sistemas de recuperação de informação. Existem, porém, condições que restringem a disponibilização e circulação dos relatórios de pesquisa. São elas: cláusulas contratuais dos financiadores da pesquisa; sigilo industrial ou militar, ou mesmo as orientações dos pesquisadores em relação ao compartilhamento de dados e resultados. Isto escapa ao alcance de intervenções das ações de informação. É possível,

porém, que estas ações informacionais, ao abrir um espaço de disseminação mais ampla das pesquisas, contribua para que um número maior de pesquisadores e grupos de pesquisa se preocupe em dar a conhecer um dos produtos mais significativos de seu trabalho.

O que virá a diferenciar a base de dados do CICT, dos modelos encontrados e comentados acima, será a construção de uma estrutura de campos, utilizando o Formato Marc21, que possibilitem a inserção de informações importantes na descrição dos documentos, conforme quadro abaixo:

Quadro 14 - Proposta de base referencial

| Formato Marc21 | Código Marc | |
|------------------------------------|--------------------|------------------|
| Nome do campo | Campo | sub-campo |
| Idioma | 041 | a |
| Número de chamada | 090 | a |
| Autor | 100 | a |
| Instituição de vínculo | 100 | u |
| Título | 245 | a |
| Número do relatório | 245 | a |
| Tipo de relatório | 245 | p |
| Edição do relatório | 250 | a |
| Imprensa | 260 | a - b - c |
| Descrição física | 300 | a |
| Nota de conteúdo | 505 | a |
| Resumo | 520 | a |
| Assunto | 650 | a |
| Grupo e linha de pesquisa | 690 | a |
| Título do projeto | 740 | a - h |
| Código de identificação do projeto | 740 | n |
| Agência patrocinadora | 740 | p |
| Localização | 500 | a |
| Disponibilidade | 505 | a |
| Elemento de ligação eletrônica | 856 | u |

Fonte: A autora

A coleta sistemática dos relatórios de pesquisa, produzidos e apresentados às agências de fomento, poderá ser realizada através de contato com os coordenadores dos grupos de pesquisa da Unidade.

A formulação de algumas condições de gestão dos relatórios se faz necessária para a formação dos repositórios, buscando estabelecer uma fundamentação para que os Departamentos da Unidade tenham o compromisso de manter esses repositórios. Também se faz necessária a utilização de um formato para a produção dos relatórios de pesquisa financiados pela Unidade como forma de homogeneizar os dados ali colocados.

As características dos relatórios devem ser escolhidas a partir do tipo de pesquisa que está sendo desenvolvida. Atenção especial deve ser dada à área de Ciência e Tecnologia, onde os programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico geram relatórios que necessitam ter um tratamento diferenciado na sua produção, pelo fato de, eventualmente, possuírem elementos de patente e também cláusulas de cooperação. Isso significa que propor a aplicação dessa metodologia para representação e recuperação dos relatórios em outras Unidades da FIOCRUZ significa incluir a padronização dos termos e formatos bibliográficos, respeitando as diferenças de complexidade dos relatórios quanto ao uso dos campos. Posteriormente, a avaliação dos relatórios, quanto à sua organização como documentos, poderá possibilitar o agrupamento deles em uma estrutura única e, até mesmo, em um único sistema.

O acesso aos relatórios dependerá de critérios estabelecidos por cada tipo de pesquisa e poderá ocorrer em dois níveis:

- ✓ O primeiro nível se destinaria ao acesso interno (Intranet) – disponibilizando documentos na íntegra e quando não existirem restrições a esse respeito por parte das agências patrocinadoras, das organizações às quais eles estão vinculados e por parte da ética da pesquisa;

- ✓ O segundo nível se destinaria ao acesso externo (Internet) – disponibilizando o documento na íntegra ou o seu resumo, levando em consideração a não existência de restrições, aplicáveis no primeiro nível.

Os procedimentos metodológicos apresentados neste trabalho não têm a pretensão de constituir um modelo final e sim uma proposta, em uma primeira versão, de representação para os relatórios de pesquisa, sujeita a testes e aprovação. Esta proposta constitui um passo dado em relação a uma modelização dessa representação.

8. CONCLUSÃO

Este trabalho possibilitou a identificação de alguns pontos para o entendimento da importância dos relatórios de pesquisa, integrantes da literatura cinzenta e da necessidade de criar possibilidades de ampliação do acesso a eles.

Há uma unanimidade sobre a necessidade de produção dos relatórios, constatada e entendida pelos pesquisadores e agências como premissa para uma melhor aplicação dos recursos de fomento à pesquisa.

A partir de depoimentos de pesquisadores, destaca-se, também, a inexistência de exigências específicas sobre o conteúdo dos relatórios por parte das agências, inclusive da própria FIOCRUZ. A exceção refere-se à prestação de contas dos recursos aplicados no projeto. Esta parte consta de tópicos a serem obrigatoriamente desenvolvidos no corpo do relatório ou em formulários estruturados a serem preenchidos pelos pesquisadores.

A descrição do método e do que não deu certo no decurso da pesquisa, nem sempre presente nos relatórios, foi citada por diversos pesquisadores como sendo importante. No caso dos relatórios parciais, essa descrição poderá ser de grande valor para a busca da opinião de um colega. Cabe esclarecer que o que foi dito acima é uma apreciação dos pesquisadores consultados e não uma opinião generalizada.

Cabe considerar quais as condições de produção de um relatório, enquanto componente do ciclo da produção científica no que se refere à disposição de dados coletados e organizados, em suas diferentes fases de inscrição e representação (séries

estatísticas, gráficos e tabelas); memórias das análises e reflexões que se desenvolveram ao longo do processo de pesquisa e bibliografia atualizada. Quando essas condições forem preenchidas, a elaboração do relatório será mais simples, rápida e maior será a sua relevância para os outros pesquisadores e para as agências demandantes da pesquisa.

Tendo em vista o exposto neste trabalho, os originadores de relatórios poderiam adotar procedimentos metodológicos, visando diminuir a lacuna entre o método e as boas práticas de padronização na produção dos relatórios de pesquisa, mesmo levando-se em conta que a maioria dos pesquisadores não se preocupa tanto com a produção da literatura cinzenta, por conta da valorização quase exclusiva da literatura branca. Porém, cabe ressaltar que a falta de normalização sobre o que está sendo tratado é um dos fatores que dificulta o acesso a esses documentos, não se podendo recuperar temas iguais, tratados e nomeados de forma diferente.

Foi identificada, por esta pesquisa, a dificuldade de acesso aos relatórios, tanto por parte dos gestores quanto por parte dos pesquisadores. Ao mesmo tempo, não existe nenhuma transparência acerca das normas para produção dos relatórios, definidas pelos financiadores. Também não estão claras as normas contratuais e específicas, nem as regras e critérios gerais das grandes agências ligadas ao Estado, apesar de algumas delas estarem relacionadas à gestão pública de ciência e tecnologia.

Ter acesso a relatórios de pesquisa significa utilizar bases de dados, que possuem representações da informação formalizadas e veiculadas de forma distinta, tendo em vista a diversidade das instituições, dos vocabulários utilizados, das práticas da pesquisa e níveis de indexação de cada base. Os arranjos dos índices também diferem de um banco de dados para outro por conta da forma de acesso a eles, ou seja, se o banco é comercial ou livre, se é produzido por uma grande organização, se é constituído com aparato tecnológico ou de

forma artesanal. Assim sendo, os ‘buscadores’ são ferramentas utilizadas para esse fim, segundo os pesquisadores ouvidos.

Por não estar disponível, de forma ampla, nas bases de dados, o relatório deixa de dar visibilidade a aspectos importantes. Dessa forma, os relatórios podem se tornar documentos solitários, dos quais só vislumbramos sombras, com elementos valiosos não vistos e, conseqüentemente, respondendo apenas a algumas poucas perguntas feitas a eles.

As informações, que hoje se encontram adormecidas nos relatórios de pesquisa, poderiam ser acessadas pelas instituições, incluindo a FIOCRUZ, a partir dos elementos utilizados na sua representação, ou seja, na indexação, resumo e classificação, até se chegar ao documento original em sua completeza.

As agências de fomento, ou seja, os financiadores da pesquisa no Brasil, reconhecem que os relatórios contêm informações de valor, a serem considerados para pesquisas futuras no país. Elas também atribuem aos relatórios de pesquisa um papel integrador e de registro da memória da pesquisa, tanto no nível institucional quanto nacional.

Como ponto mais importante no fechamento desta dissertação está a expectativa de que os pesquisadores ouvidos têm com relação a disponibilização e à gestão dos relatórios de pesquisa.

As possibilidades que um relatório bem elaborado poderá abrir são inúmeras. O relatório, além de descrever o desenvolvimento da pesquisa, com seus entraves e sucessos, evidencia as habilidades do cientista que produziu a pesquisa e o que precisa ser

desenvolvido. O relatório, tal como é proposto por esta dissertação, terá seu valor ampliado, proporcionando possibilidade de reflexão sobre a pesquisa e seu significado.

Diversos elementos descritos no relatório poderão reduzir as incertezas em um projeto de pesquisa, poderão também apontar novos rumos para os processos em construção ou, até mesmo, novos projetos a serem desenvolvidos por outros cientistas, em momento posterior. A importância essencial, reconhecida, cada vez mais, da literatura cinzenta, e os **relatórios** aí se incluem, podendo ou não ser substituídos por uma publicação definitiva, na literatura branca, não pode ser perdida de vista. Jamais devemos esquecer que a finalidade da literatura cinzenta não é a divulgação científica, mas a comunicação científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS

1. Auger CP. Information Sources in Grey Literature, 3rd edition. London: Bowker-Saur; 1994.
2. Solla Price DJ. O desenvolvimento da ciência: análises histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; 1976.
3. Chagas Filho C. Meu pai. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz; 1993.
4. González de Gómez MN. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. Ci Inf 2003; 32:60-76.
5. Meadows AJ. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos/Livros; 1999.
6. Communication. Encyclopaedia Britannica. Encyclopaedia Britannica Premium Service. <http://www.britannica.com/eb/article?tocId=9109625> (acessado em 14/out/2004).
7. Garvey WD. Communication: the essence of science. Oxford: Pergamon Press; 1979.
8. Ziman JM. Information, communication, knowledge. Nat 1969; 224: 318-324.
9. Davyt A, Velho L. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? Hist Ci Saúde Manguinhos 2001; 7:93-116.
10. Bourdieu P. The specificity of the scientific field and the social conditions of the progress of reason. Soc Sci Inf 1975; 14:19-47.
11. Bourdieu P. O campo científico. In: Ortiz R, organizador. Sociologia. São Paulo: Ática; 1983. p.122-155.
12. Latour B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: Baratin M, Jacob C, organizadores. O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 2000. p. 21-44.
13. Aguiar AC. Informação e atividade de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial: tipologia proposta com base em análise funcional. Ci Inf 1991; 20:7-15.
14. IBICT. Gonzalez de Gómez MN, organizadora. Contribuição para políticas de ICT. Brasília: IBICT; 2001.
15. Latour B. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp; 2000b.

16. Latour B. A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, SP: EDUSC; 2001.
17. Carvalho EMR. La literatura gris y su contribución a la sociedad del conocimiento. Proceedings of the 67th IFLA Council and General Conference; 2001. <http://www.ifla.org/> (acessado em 19/abr/2004).
18. Luzi D. Trends and evolution in the development of grey literature: a review. Int J Grey Lit 2000;1:106-116 <http://oberon.emeraldinsight.com/> (acessado em 19/abr/2004).
19. Almeida MRG. Literatura cinzenta: teoria e prática. São Luís: Edições UFMA/Sousândrade; 2000.
20. Di Cesare R. The use of literature in the agricultural economic field: a quantitative analysis. Proceedings of the 2th International Conference on Grey Literature; 1995, Washington: TransAtlantic; 1995.
21. Chilag, J. Non-conventional literature in agriculture - an overview. IAALD Q Bull 1982; 27:2-7.
22. Oliveira, LPH. Relatório anual com histórico da Estação de Hidrobiologia para 1959. Rio de Janeiro; 1960.
23. Lara Guitard A. La literatura gris como medio de comunicación científica: algunos resultados teóricos y empíricos de la investigación científica. Rev Esp Doc Cient 1985; 8:187-189.
24. Hartas JC. Government scientific and technical reports and their problems. Aslib Proc 1966; 59:54-59.
25. Población DA. Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado. Ci Inf 1992; 21:243-246.
26. Petróleo Brasileiro S/A. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello. Relatório 1996. Rio de Janeiro; 1997.
27. Fosket DJ, Hill M. Series editor's foreword. In: Auger CP. Information sources in grey literature. London: Bower-Saur; 1989. p.v-vii.
28. Población DA, Noronha DP, Curras E. Literatura cinzenta versus literatura branca: transição dos autores das comunicações dos eventos para produtores de artigos. Ci Inf 1996; 25:228-242.
29. Nancy L, Pelzer MA, William H, Wiese, MA. Bibliometric study of grey literature in core veterinary medical journals. J Med Libr Assoc 2003; 91:434-441.

30. Mccreadie M, Rice RE. Trends in analyzing access to information. Part II. Unique ad integrating conceptualizations. *Inf Proc Manage* 1999; 35:77-99.
31. Universidade Federal do Paraná. Normas para apresentação de documentos científicos: relatórios. Curitiba: Editora da UFPR; 2000.
32. Cunha MB. Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos/Livros; 2001.
33. Ramalho Correia AM, Castro Neto M. Repositórios digitais de literatura científica cinzenta: estudo de caso sobre as percepções e atitudes das comunidades científicas da Matemática e das Ciências Agrárias em Portugal Anais da 2ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, Comunicação; 2001 Nov 21–23; Évora; Portugal.
34. FIOCRUZ. Diretrizes para a formulação do plano quadrienal 2001-2005. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2001.
35. CICT. Relatório de atividades 2002. Rio de Janeiro: CICT/FIOCRUZ; 2003.
36. Ribeiro AJM. Instrumento de gestão para acompanhamento dos projetos de pesquisas: caso CICT/FIOCRUZ. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2004.
37. Thiollent M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2004.
38. LILACS [base de dados na Internet]. São Paulo: Bireme; 2004. http://bases.bvs.br/public/scripts/php/page_show_main.php?home=true&lang=pt&form=simple. (acessado em 02/dez/2004).
39. DINT [base de dados na Internet]. Rio de Janeiro: INT; 2004. <http://sysbibli.int.gov.br/> (acessado em 30/set/2004).
40. Acervos *Online* [base de dados na Internet]. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2004. <http://www.fiocruz.br/acervosonline> (acessado em 02/dez/2004).
41. Suprir [base de dados na Internet]. Rio de Janeiro: CIN/CNEN; 2004. <http://cin.cnem.gov.br/catalogos/busca/> (acessado em 06/dez/2004).
42. Myers J. Metadata Framework [site na Internet]. Hyderabad: Metadata Company; 2004. <http://www.cgg.gov.in/egovstandards/modules.php?name=MetaData> (acessado em 03/dez/2004).
43. Library of Congress [site na Internet]. Marc 21: Marc standards. Washington: 2004. <http://www.loc.gov/marc/> (acessado em 03/dez/2004)

44. American National Standards Institute [site na internet]. Information retrieval (Z39.50): application service definition and protocol specification. Bethesda: Niso Press; 2003. <http://www.niso.org/standards/resources/Z39.50-2003.pdf> (acessado em 02/dez/2004).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS

Aina LO. Grey literature and library and information studies: a global perspective. *Int J Grey Lit* 2000; 1:1-5.

Brasil. Ministério da Saúde. Cem palavras para gestão do conhecimento. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.

Benchimol JL, coordenador. Manguinhos do sonho à vida: a ciência da belle époque. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz; 1990.

Brito VM. A preservação da memória científica da Fiocruz: a visão de quem faz ciência. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Departamento de Ensino e Pesquisa do CNPq/IBICT; 2002.

Committee on Scientific and Technical Information, Standard for Descriptive Cataloguing of Government Scientific and Technical Reports, Washington, D.C., Commerce Energy, NASA, Defense Information (CENDI), Cataloging Committee; 1966.

Coutinho OCA. O tratamento de relatórios de pesquisa, patentes e normas técnicas. Resumos do Seminário sobre documentos não convencionais, 1988 Nov. 23-25; São José dos Campos: ITA; 1988.

Ellis E, Cox D, Hall K. A comparison of the information seeking patterns of researchers in the physical and social sciences. *J Doc* 1993; 49:356-369.

Foskett DJ. Informática. In: Gomes, HE, organizadora. Ciência da informação ou informática? Rio de Janeiro: Calunga; 1980. p.9-51.

Francis A. A evolução do livre acesso à informação científica. *França Flash*, 2004; 40:12-13. <http://200.136.53.146/francaflash/ff40.pdf> (acessado em 25/out/2004)

Fundação Oswaldo Cruz. Relatórios de atividades. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999.

Fundação Oswaldo Cruz. Relatórios de atividades 2001. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2002.

Fundação Oswaldo Cruz. Relatórios de atividades 2002. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003.

Hochman G. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: Portocarrero V, organizadora. Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1994. p.199-231.

Lakatos EM, Marconi MA. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas; 2003.

Laville C, Dionne J. A construção do saber. Porto Alegre: Editora UFMG; 1999.

Minayo MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes; 1994.

Población DA, Produção das literaturas “branca” e “cinzenta” pelos docentes/doutores dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. *Ci Inf* 2002; 31:98-106.

Prata A, organizador. Carlos Chagas: coletânea de trabalhos científicos. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 1981.

Rosetto M. Uso do protocolo Z39.50 para recuperação de informação em redes eletrônicas. *Ci Inf* 1997; 26:1-5 <http://www.scielo.br> (acessado em 25/out/2004).

Saracevic T, Kesselman M. Trends in biotechnology information and networks. *An New York Acad Sci* 1993; 135-144.

Stepan N. Gênese e evolução da ciência brasileira. Rio de Janeiro: Editora Artenova; 1976.

Weintraub I. The impact of alternative presses on scientific communication. J Grey Lit 2000; 1:54-59 <http://oberon.emeraldinsight.com> (acessado em 30/jun/2004).